Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

1 O PROCESSO PARTICIPATIVO

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Volume 1 - O processo participativo
Volume 2 - Diagnóstico Integrado
Volume 3 - Macrocenários
Volume 4 - Instrumentos e Políticas

Instituto Jones dos Santos Neves

Plano de desenvolvimento urbano integrado. Região Metropolitana da Grande Vitória. O Processo participativo, v.1. Vitória, ES, 2018.

81p.; il. tab.

ISBN: 978-85-8370-050-0

1.PDUI. 2.Política Urbana 3.Região Metropolitana. 4.Grande Vitória-ES. I.Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória-COMDEVIT. II.Título.

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

VICE- GOVERNADOR
César Colnago

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Regis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN
DIRETORA PRESIDENTE
Gabriela Gomes de Macêdo Lacerda

DIRETORA DE ESTUDOS E PESQUISAS
Ana Carolina Giuberti

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Andréa Figueiredo Nascimento

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – Secti
Vanderson Alonso Leite

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO - Fapes
DIRETOR PRESIDENTE
José Antônio Bof Buffon

COMDEVIT
Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória

PRESIDÊNCIA
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN)
Gabriela Gomes de Macêdo Lacerda

Prefeitura Municipal de Cariacica
Prefeito Geraldo Luzia de Oliveira Júnior
Grupo Executivo - Ezequiel Antônio Dadalto
Grupo Técnico - Angelita Senna

Prefeitura Municipal de Fundão
Prefeito Joilson Rocha Nunes
Grupo Executivo - Marcelo Rangel Leão
Grupo Técnico - Nara S. Lauers Vervloet

Prefeitura Municipal de Guarapari
Prefeito Edson Figueiredo Magalhães
Grupo Executivo e Grupo Técnico - Milena Moreira Ferrari

Prefeitura Municipal de Serra
Prefeito Audifax Charles Pimentel Barcelos
Grupo Executivo - Mirian Guidine Soprani
Grupo Técnico - Maria Madalena R. Fraga Lorenção

Prefeitura Municipal de Viana
Prefeito Gilson Daniel
Grupo Executivo - Gabriela Siqueira de Souza
Grupo Técnico - André Augusto Pereira Guimarães

Prefeitura Municipal de Vila Velha
Prefeito Max Freitas Mauro Filho
Grupo Executivo - Antônio Marcus C. Machado
Grupo Técnico - Bruna Gomes Paulo da Silva

Prefeitura Municipal de Vitória
Prefeito Luciano Santos Rezende
Grupo Executivo - Fabrício Gandine Aquino
Grupo Técnico - Ana Cláudia Buffon

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb)
Secretário Rodney Miranda
Grupo Executivo - Marcelo de Oliveira
Grupo Técnico - Milena Paraiso Donô

Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Sedes)
Secretário José Eduardo Faria de Azevedo
Grupo Executivo e Grupo Técnico - Ana Márcia Erler

Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP)
Secretário Regis Mattos Teixeira
Grupo Executivo - Jader Mutzig Bruna
Grupo Técnico - Vinícius Cappeletti

Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (Setop)
Secretário Paulo Ruy Valim Carnelli
Grupo Grupo Executivo - Luciene M. Becacici E. Vianna
Grupo Técnico - Ruth Paste

Secretaria de Estado de Governo (SEG)
Secretária Ângela Silvares
Grupo Executivo - Maria Ivonete Bezerra de Sá Thiebaut
Grupo Técnico - João Arruela Maio Sobrinho

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama)
Secretário Aladim Cerqueira
Grupo Executivo - Fernanda Rabello de Sousa
Grupo Técnico - Flavia Pitanga Calil Salim

Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes)
Marcos dos Santos
Dauri Correa da Silva
Sebastião Ângelo de Moura
Grupo Executivo - Marcos dos Santos
Grupo Técnico - Dauri Correa da Silva

EQUIPE TÉCNICA

Leticia Tabachi Silva
Coordenadora Geral – IJSN

Latussa Bianca Laranja Monteiro
Coordenadora Técnica – IJSN

Sandra Soares Marques Campeão
Secretária Executiva Comdevit – IJSN

Antônio Alexandre dos Passos Souza
Coordenador Mobilização Social – IJSN

João Luiz Paste
Coordenador Governança Metropolitana – IJSN

Pablo Medeiros Jabor
Coordenador Geoprocessamento – IJSN

Ana Márcia Erler
Coordenadora Desenvolvimento Econômico – Sedes

José Fernando Destefani
Coordenador Mobilidade Urbana – Setop

Luiz Henrique Muniz de Aquino
Coordenador Meio Ambiente - Agerh

Maria Ruth Paste
Coordenadora Mobilidade Urbana – Setop

Milena Paraiso Donô
Coordenadora Ordenamento Territorial – Sedurb

Taisnara Laquine Theodoro
Estagiária – Arquitetura e Urbanismo

Colaboradores

Angela Maria Morandi
Ciências Econômicas

Diogo Medici Poloni
Engenharia Ambiental

Leonardo Furquim Werneck
Arquitetura e Urbanismo

Orlando Caliman
Ciências Econômicas

Pesquisadores

Ana Paula Freire de Castro
Engenharia de Agrimensura

Bianca Pavan Piccoli
Serviço Social

Bruno Casotti Louzada
Arquitetura e Urbanismo

Franciane Entringer Curbani
Oceanografia

Jôze Oliveira Nali
Saneamento Ambiental

Katherine Santo Athié
Direito

Letícia Costa Nogueira
Administração

Lígia Lóss Corradi
Ciências Econômicas

Lívia Barraque Barbosa
Geografia

Luciano Silva de Azevedo
Serviço Social

Lucimar Pela
Ciências Econômicas

Luiz Eduardo de Souza Dalfior
Ciências Econômicas

Michelli de Souza Possmozer
Comunicação Social

Rachel Franzan Fukuda
Ciências Sociais

Renata Morandi Lóra
Arquitetura e Urbanismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 • Atividades desenvolvidas pela equipe de mobilização social **19**

Figura 2 • Representação das 1.602 instituições mapeadas no decorrer da elaboração do PDUI/RMGV **21**

Figura 3 • Participantes do seminário viram um pouco do contexto de formação da Região Metropolitana **23**

Figura 4 • Palestrante levou público à reflexão sobre o futuro da RMGV **23**

Figura 5 • Dinâmica simbolizou a formação de uma rede com os participantes **23**

Figura 6 • Participantes foram convidados a tocar as mãos, pernas, braços e cabeças uns dos outros **23**

Figura 7 • Participante fixou no banner de recados o seu desejo por uma metrópole compacta **24**

Figura 8 • Cidadão metropolitano priorizou o pensamento coletivo na promoção de políticas para a Região **24**

Figura 9 • O desejo por um planejamento integrado também estava no banner de recados **24**

Figura 10 • Participante do seminário desejou uma metrópole para todos **24**

Figura 11 • Participantes com a placa "sou metropolitano" **24**

Figura 12 • Oficinas municipais **27**

Figura 13 • Áreas de interesse e avaliação das oficinas municipais **28**

Figura 14 • Resultado das oficinas municipais **29**

Figura 15 • Oficinas com instituições de ensino superior e entidades de classe **30**

Figura 16 • Calendário utilizado para divulgação do Ciclo de Debates **32**

Figura 17 • Ciclo de debates com a sociedade civil e o poder público **33**

Figura 18 • Calendário utilizado para divulgação das audiências públicas **35**

Figura 19 • Audiências públicas municipais **36**

Figura 20 • Logomarca do PDUI da RMGV **42**

Figura 21 • Placa "Sou Metropolitano" **43**

Figura 22 • Banner do PDUI da RMGV **44**

Figura 23 • Banner com imagens dos municípios de Vitória, Cariacica, Guarapari e Vila Velha **44**

Figura 24 • Banner com imagens dos municípios de Fundão, Viana e Serra **45**

Figura 25 • Parte 1 do folder do PDUI/RMGV **45**

Figura 26 • Parte 2 do folder do PDUI/RMGV **45**

Figura 27 • Parte 1 da cartilha do PDUI/RMGV **46**

Figura 28 • Parte 2 da cartilha do PDUI/RMGV **46**

Figura 29 • Parte 3 da cartilha do PDUI/RMGV **46**

Figura 30 • Parte 4 da cartilha do PDUI/RMGV **46**

Figura 31 • Filipetas distribuídas nos sete municípios da RMGV **46**

Figura 32 • Cards das audiências públicas municipais **47**

Figura 33 • Página inicial do site do PDUI/RMGV **48**

Figura 34 • Imagem da descrição das questões metropolitanas no site **49**

Figura 35 • Imagem da aba de notícias do site 49
Figura 36 • Imagem do login ao sistema Acesso Cidadão 49
Figura 37 • Imagem da aba participe do site 50
Figura 38 • Banners elaborados para os sites institucionais das prefeituras 54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 • Segmentos participantes nas audiências públicas 36
Tabela 2 • Número de acessos ao site do PDUI por estado 51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 • Reuniões técnicas ocorridas no período de elaboração do PDUI/RMGV 26
Quadro 2 • Desafios e propostas para o eixo de ordenamento territorial 37
Quadro 3 • Desafios e propostas para o eixo de meio ambiente 38
Quadro 4 • Desafios e propostas para o eixo de mobilidade urbana 38
Quadro 5 • Desafios e propostas para o eixo de desenvolvimento econômico 39
Quadro 6 • Desafios e propostas para a governança metropolitana 39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 • Representação geral dos participantes do seminário de mobilização social 25
Gráfico 2 • Representação do Poder Público no seminário de mobilização social 25
Gráfico 3 • Representação da sociedade civil no seminário de mobilização social 25
Gráfico 4 • Número de participantes por reunião no ciclo de debates 34
Gráfico 5 • Quantitativo de acessos ao site por dispositivo 52
Gráfico 6 • Formas de acesso dos usuários à plataforma digital do PDUI 52
Gráfico 7 • Número de inserções do PDUI na imprensa local por tipo de mídia 55
Gráfico 8 • Classificação das notícias sobre o PDUI na mídia local 55

LISTA DE SIGLAS

Ales • Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo

ANTT • Agência Nacional de Transportes Terrestres

ARMBH • Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

BRT • *Bus Rapid Transit*

Comdevit • Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória

COP • Conferência das Partes

CREA/ES • Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

CSB • Central dos Sindicatos Brasileiros

CTB • Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT • Central Única dos Trabalhadores

DNIT • Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Faesa • Faculdades Integradas Espírito-Santenses

Famopes • Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo

Fapes • Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo

FCA • Ferrovia Centro Atlântica

Femicro-ES • Federação das Associações de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais do Estado do Espírito Santo

FEMMP-GV • Federação Metropolitana do Movimento Popular da Grande Vitória

FPICs • Funções Públicas de Interesse Comum

Fumdevit • Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória

GE • Grupo Executivo

GT • Grupo Técnico

Ifes • Instituto Federal do Espírito Santo

IJSN • Instituto Jones dos Santos Neves

Instituto Sindimicro • Instituto para o Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais do Espírito Santo

LAC • América Latina e Caribe

NCST • Nova Central Sindical de Trabalhadores

ONGs • Organizações Não Governamentais

PDDI-RMBH • Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PDMs • Planos Diretores Municipais

PDU • Plano Diretor Urbano

PDUI • Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

RMGV • Região Metropolitana da Grande Vitória

Secti • Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

Sedurb • Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

TR • Termo de Referência

Ufes • Universidade Federal do Espírito Santo

UGT • União Geral dos Trabalhadores

UVV • Universidade Vila Velha

VLT • Veículo Leve sobre Trilhos

Zims • Zonas de Interesse Metropolitano

SUMÁRIO

Apresentação 13

1 • Introdução 14

2 • O processo participativo 16

2.1 • Antecedente à elaboração 17

2.2 • O processo de elaboração 19

2.3 • Mapeamento de atores sociais 20

2.4 • Reuniões de sensibilização 21

2.5 • Seminário de mobilização da sociedade 22

2.6 • Reuniões técnicas 25

2.7 • Oficinas 27

2.8 • Ciclo de Debates 31

2.9 • Audiências públicas 34

3 • Comunicação do Plano 40

3.1 • Pensando a marca do Plano 42

3.2 • #soumetropolitano 43

3.3 • Materiais digitais e impressos de divulgação 43

3.4 • Canais de comunicação 47

3.4.1 • Website do Plano Metropolitano 48

3.4.2 • Mídias sociais 52

3.4.2.1 • Inserções na página do Facebook do Instituto Jones dos Santos Neves 52

3.4.2.2 • WhatsApp 53

3.4.3 • Clipping 53

3.5 • Outros meios mobilizados 54

3.5.1 • Sites institucionais: Governo do Estado e prefeituras 54

3.5.2 • Imprensa: jornais impressos, on-line e rádio 54

4 • Considerações finais 56

Referências 59

Apêndice A • A metrópole que queremos: Propostas e Encaminhamentos 60

Apêndice B • Propostas projetuais 74

Anexo • Mapa do website 80

APRESENTAÇÃO

O crescimento ordenado das regiões metropolitanas é um desafio no Brasil. No dia 12 de janeiro de 2015, foi instituído o Estatuto da Metrópole – Lei Federal nº 13.089 –, estipulando metas e exigências para garantir o desenvolvimento organizado e que valorize as potencialidades das unidades federativas envolvidas. No Espírito Santo, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é formada por Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Para se adequar à legislação federal, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit) – em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), e juntamente com o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Fumdevit), responsável pelo suporte financeiro ao planejamento integrado dos municípios da RMGV – deu início ao processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

A RMGV conta com o Comdevit desde 2005, atuando como uma instância responsável pela integração dos municípios nas discussões compartilhadas de temas pertinentes ao território comum. Isso fez com que a elaboração do Plano já nascesse de uma decisão conjunta do Governo do Estado, dos moradores e dos municípios metropolitanos, por meio de suas representações no Conselho.

Com ampla participação popular, o Plano obteve um grande número de acessos na plataforma online planometropolitano.es.gov.br, gerando mais de 500 propostas. Participativo desde o início, as discussões também permitiram uma compreensão abrangente dos temas que mais afetam a população e as questões pertinentes à construção de uma gestão compartilhada.

O desafio de planejar a Região Metropolitana em conjunto não para com a elaboração do Plano. Pelo contrário, este é apenas um ponto de partida para a estruturação da Metrópole que queremos para o futuro. As potencialidades de cada município serão ressaltadas e o crescimento ordenado da RMGV se tornará uma realidade. Todo o trabalho técnico realizado para permitir que a Região Metropolitana da Grande Vitória cresça compatibilizada com as necessidades dos cidadãos está registrado nestes quatro volumes que, unidos, contam toda essa trajetória. Nas próximas páginas, será possível entender como a RMGV se configura atualmente, em que devemos nos esforçar para melhorar e como podemos nos organizar para alcançar, em 2047, a Metrópole que desejamos.

Gabriela Lacerda
Diretora-Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e
Presidente do Comdevit

1 INTRODUÇÃO

CARIACICA • CAMPO GRANDE • Fotografia de Cláudio Postay

1 INTRODUÇÃO

O debate em torno do ideal de construção de uma metrópole sustentável, saudável e solidária, em que o exercício da cidadania ativa esteja realmente presente no cotidiano das pessoas, deve figurar como prioridade das administrações públicas, estimulando, com isso, o processo de descentralização do poder local e a busca da ampliação da participação da sociedade na gestão de seus interesses coletivos.

O Estatuto da Metrópole assegura, no Art. 12, § 2º, inciso I, "a promoção de audiências públicas e debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população, em todos os Municípios integrantes da unidade territorial urbana", o que reafirma a premissa básica de garantir o envolvimento da sociedade nos processos de tomada de decisão, movimento que ascendeu no contexto da sociedade brasileira a partir da Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, o processo participativo no contexto de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana da Grande Vitória (PDUI/RMGV), além de possibilitar a captação de demandas, de interesses e de problemas sociais, permitindo, assim, uma compreensão ampliada da Metrópole, teve como desafio a formação política dos cidadãos.

Diante disso, buscou-se ampliar a visão dos participantes sobre a realidade local e sobre como uma ação exercida por um município pode interferir positiva ou negativamente nos demais e, além disso, procurou-se aprimorar a compreensão sobre os aspectos que limitam ou facilitam a ação dos governos, apontando, dessa maneira, a necessidade de acordos, da cooperação e do comprometimento de todos.

Nesse sentido, o presente documento descreve o processo de participação social – que começou na tomada de decisão e se estendeu em todo o decorrer da elaboração do Plano – desde as primeiras reuniões com o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit) para definição dos temas e do conteúdo do Plano, até as reuniões de sensibilização; a construção de um banco de dados com todos os atores sociais de relevância no contexto do planejamento da Metrópole; o seminário de mobilização da sociedade; a plataforma digital; as reuniões técnicas; as oficinas; o ciclo de debates; as audiências públicas, além de um conjunto de ações de comunicação que subsidiou o desenvolvimento do trabalho.

Logo, todo o êxito obtido em cada uma das etapas – consolidado por meio de um conjunto sistematizado de propostas e encaminhamentos que também compõe este documento – reafirma a necessidade cada vez maior de garantir a ampliação da participação de cidadãos nas decisões públicas, haja vista que, para além do voto, a democracia participativa estabelece uma pluralidade de instâncias e de mecanismos que permitem a tomada de decisão em consonância com as demandas da sociedade.

Acredita-se, portanto, que o processo participativo proposto no PDUI/RMGV nos coloca diante de um grande desafio, o de ampliação da participação social na proposição de políticas públicas. Nesse sentido, espera-se que a participação social nos diversos âmbitos possa ser ampliada cada vez mais, permitindo, assim, a tomada de decisões e a construção da política pública de forma efetivamente democrática.

2 O PROCESSO PARTICIPATIVO

FUNDÃO • PRAIA FORMOSA • Fotografia de Tadeu Bianconi

2 O PROCESSO PARTICIPATIVO

2.1 Antecedente à elaboração

Tendo em vista a aprovação do Estatuto da Metrópole, a primeira reunião a fim de tratar do processo de elaboração do PDUI/RMGV ocorreu em 9 de dezembro de 2015, com o Grupo Executivo (GE) do Comdevit, formado por representantes indicados pelos conselheiros que, no caso dos municípios, geralmente são secretários municipais (Resolução Comdevit nº 19, de 05 de maio de 2016).

A proposta de estruturação desse grupo serviu como um facilitador para a tomada de decisões a partir da dificuldade em mobilizar, com frequência, os membros efetivos do Comdevit, que é formado por sete secretários de Estado, os sete prefeitos dos municípios da RMGV e três representantes da sociedade civil indicados pela Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes).

Essa primeira reunião com o GE teve como pauta: i) O Estatuto da Metrópole; ii) A Gestão Metropolitana da RMGV e o Estatuto da Metrópole; e iii) O planejamento das atividades para 2016. Definiu-se um cronograma de reuniões mensais do grupo e também a necessidade da formação de um Grupo Técnico (GT), a ser formado por técnicos das instituições que compõem o Comdevit, para se dar início à elaboração do Termo de Referência (TR) para contratação do PDUI.

Também foi abordada, na reunião, a importância da definição do modelo de gestão metropolitana, atendendo às exigências do Estatuto. Dessa forma, o processo de elaboração do PDUI também possibilitaria uma avaliação sobre a reestruturação da atual governança da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Dadas as definições do GE, em 16 de fevereiro de 2016 ocorreu a primeira reunião do GT, que propôs o cronograma de trabalho para elaboração do PDUI e definiu as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) a serem abordadas no Plano, ficando acordado que o grupo faria reuniões semanais para dar celeridade à finalização do TR. Nesse sentido, é importante ressaltar a mobilização/participação dos representantes da sociedade civil e, também, dos técnicos das prefeituras municipais e das secretarias estaduais, a fim de garantir que todos os atores pudessem sentir-se efetivamente parte do processo.

A princípio, a partir dos campos funcionais elencados na Lei Complementar nº 318, de 18 de janeiro de 2005, foram definidas as seguintes FPICs a serem tratadas no PDUI/RMGV: I. Planejamento do uso e da ocupação do solo (incluindo desenvolvimento urbano e política habitacional); II. Transporte e sistema viário regional/mobilidade; III. Saneamento ambiental, preservação e proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos; IV. Desenvolvimento econômico, emprego e renda.

Durante o processo de elaboração do TR, foram realizados três seminários, a fim de levantar subsídios técnicos para o grupo. O primeiro seminário aconteceu em março de 2016, quando os municípios apresentaram seus Planos Diretores Municipais (PDMs), dando enfoque para as questões metropolitanas. Entre as principais interfaces metropolitanas citadas pelos presentes, estavam: mobilidade urbana, uso e ocupação do solo, saneamento ambiental e preservação e proteção do meio ambiente, e recursos hídricos, com grande destaque para a primeira.

O segundo seminário teve a apresentação do Estudo Integrado de Uso e Ocupação do Solo e Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória, elaborado no âmbito do Comdevit e finalizado em 2009, que teve como objetivo principal definir diretrizes, instrumentos e propostas, visando a orientar o desenvolvimento da RMGV, com análise de cenários prováveis, tendo como ano de referência 2025.

Outro evento que trouxe conteúdo para o grupo foi a apresentação sobre a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), realizada por um representante da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH), que detalhou a metodologia adotada e a dinâmica do processo participativo.

Além disso, baseado na experiência do PDDI, procurou-se destacar alguns aspectos importantes a serem observados na elaboração do PDUI, como a definição das FPICs. Houve o entendimento do grupo de que seria necessário eleger aquelas que não são tratadas de forma articulada no espaço metropolitano e que precisam de apoio para serem pensadas no âmbito metropolitano (por exemplo, uso e ocupação do solo e mobilidade urbana), levando-se em conta, também, a exequibilidade do Plano se a lei for muito abrangente.

Em reuniões seguintes, a relação de FPICs a ser tratada no PDUI-RMGV foi reavaliada, não só pela reflexão proporcionada pelos seminários, mas considerando-se também o quadro atual de restrições orçamentárias enfrentado pelos entes federados brasileiros. Dessa forma, ficou definido que o Plano contemplaria o conteúdo mínimo estabelecido no Estatuto da Metrópole, em seu Art. 12, § 1º.

Houve também o encaminhamento de que a elaboração do PDUI/RMGV deveria se dar via Edital de Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), fundação vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), cuja missão é fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do Espírito Santo, com concessão de recursos financeiros para projetos, bolsas e auxílios, visando ao apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação, bem como à formação de recursos humanos. O apoio da Fapes na elaboração do PDUI envolveria despesas com bolsas para contratação de pesquisadores e para aquelas de custeio e de capital. Dessa forma, o projeto para elaboração do PDUI foi submetido à análise do Conselho Científico e Administrativo da Fapes e aprovado em 11 de agosto de 2016, sendo assinado o Termo de Cooperação entre o IJSN e a Fapes em 19 de agosto, com o objetivo de serem desenvolvidos diagnósticos e realizada a prospecção de cenários futuros para a elaboração do PDUI da RMGV. Este projeto teve início em 1º de novembro de 2016.

No Plano de Trabalho, foram definidas as etapas de elaboração do PDUI/RMGV, a saber: elaboração de um Plano de Trabalho; elaboração do Plano de Mobilização Social; levantamento de dados e informações sobre estudos e projetos já realizados; consolidação do Diagnóstico da situação atual da RMGV; criação de um Sistema Integrado de Informações Metropolitanas; construção de Cenários e Projeções; elaboração de Propostas; elaboração de uma Modelagem Institucional para realizar a gestão metropolitana; elaboração do Macrozoneamento; consolidação de um Plano de Ação com seus respectivos projetos estruturantes e instrumentos legais a serem implementados; elaboração da minuta de lei para aprovação na Assembleia Legislativa; e criação de um sistema de monitoramento das ações do Plano.

Por fim, o Plano de Trabalho deveria prever, preliminarmente, uma estrutura de sete coordenações para a elaboração do PDUI, a saber: Coordenação de Uso e Ocupação do Solo; Coordenação de Mobilidade Urbana; Coordenação de Meio Ambiente e Áreas de Risco; Coordenação de Desenvolvimento Econômico; Coordenação de Geoprocessamento; Coordenação de Mobilização Social; e Coordenação de Modelagem Institucional. Cada coordenação contaria com um número específico de bolsistas, de formações diversas, afins aos temas. Os coordenadores seriam técnicos do quadro do Governo do Estado do Espírito Santo e/ou dos municípios integrantes da RMGV, a serem designados, também com formações afins aos respectivos temas.

O conteúdo do Plano de Trabalho teve como principal objetivo instituir um instrumento de gestão metropolitana para subsidiar o planejamento urbano integrado da RMGV, capaz de responder, de forma eficaz, às

dificuldades existentes no âmbito da gestão das FPICs, definidas no escopo do Plano. Esse último atende ao conteúdo mínimo descrito no Estatuto da Metrópole, em seu Art. 12, § 1º.

2.2 O processo de elaboração

O processo participativo de elaboração do PDUI/RMGV teve como referência o Plano de Mobilização Social, que buscou promover a ampla participação da sociedade em todas as suas etapas, reafirmando a premissa básica adotada de que o processo de planejamento da Metrópole fosse efetivamente conduzido com o envolvimento das pessoas, permitindo, com isso, a acolhida da percepção daqueles que vivem o cotidiano das cidades.

Nesse sentido, para possibilitar uma atmosfera de diálogo e inserir o cidadão metropolitano num novo contexto de gestão, a interlocução com os segmentos da sociedade ocorreu de forma participativa ao longo do trabalho, garantindo o pleno cumprimento do que estabeleceu o Estatuto da Metrópole, sendo desenvolvidas as seguintes etapas: mapeamento de atores sociais; reuniões de sensibilização; seminário de mobilização da sociedade; reuniões técnicas; oficinas; ciclo de debates; e audiências públicas. A Figura 1 ilustra essas etapas.

Figura 1 – Atividades desenvolvidas pela equipe de mobilização social

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Diante disso, esse processo participativo do PDUI contabilizou, de forma geral, os seguintes números:

- **Reuniões de Sensibilização**: cinco, totalizando 143 participantes;
- **Seminário de Mobilização da Sociedade:** realizado em 14 de dezembro de 2016, totalizando 134 participantes;
- **Reuniões Técnicas:** 65 reuniões realizadas entre dezembro de 2015 e outubro de 2016, sendo que, des-

sas, 17 foram com o Grupo Técnico (GT/PDUI) e 13 com o Grupo Executivo (GE) do Comdevit;

- **Oficinas Municipais:** realizadas em março de 2017 nos sete municípios da RMGV, envolvendo diretamente 71 técnicos das prefeituras;

- **Ciclo de Debates:** entre julho e agosto de 2017, foram realizadas seis reuniões com entidades empresariais; entidades de trabalhadores; organizações não governamentais; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; movimentos populares e poder público, totalizando 132 participantes e 110 propostas recebidas;

- **Audiências Públicas:** realizadas uma em cada um dos sete municípios da RMGV, contabilizando 724 participantes e 167 formulários entregues nesses eventos contendo propostas, além de 108 contribuições verbais.

Logo, todo o processo de envolvimento da sociedade no decorrer do trabalho traduz, efetivamente, a importância da participação social e como a mesma foi capaz de qualificar todo o debate que permeou a elaboração do PDUI/RMGV.

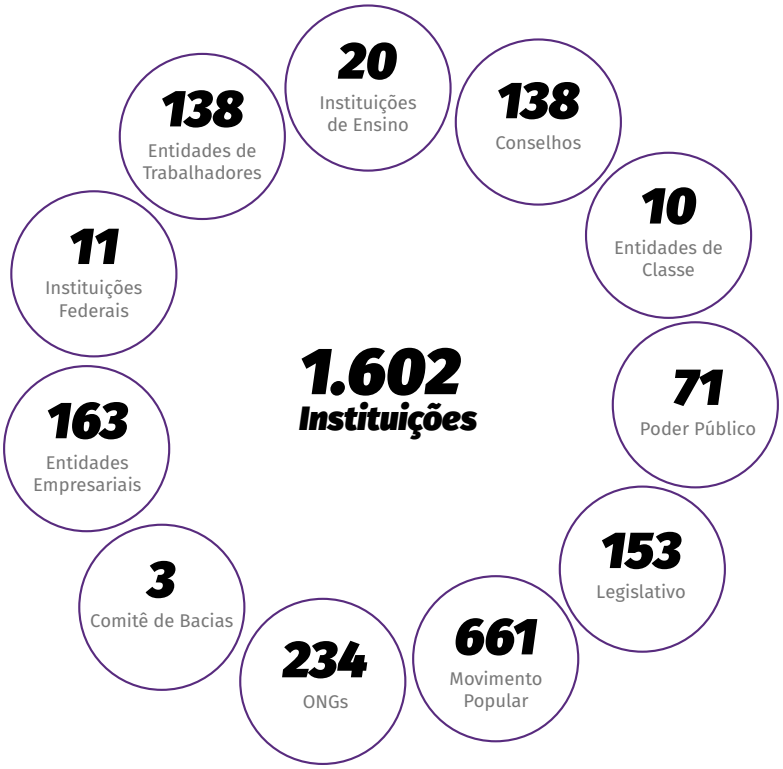
2.3 Mapeamento de atores sociais

Para garantir, de fato, a participação social em todas as etapas de elaboração do PDUI, iniciou-se a construção de um banco de atores sociais, sendo mapeadas todas as instituições com relevante atuação na Região Metropolitana, ou seja, um mapeamento de todos os atores que, de alguma forma, impactam e/ou são impactados pela dinâmica metropolitana, sendo identificadas todas as representações existentes em conselho constituído no âmbito de qualquer um dos entes federados e componentes da RMGV.

Diante disso, para a construção do banco de atores sociais, inicialmente, realizou-se pesquisa em sites oficiais na internet, especialmente para o levantamento de dados referentes aos legislativos municipal (vereadores), estadual (deputados) e federal (deputados e senadores); do executivo (estadual e municipal); das entidades empresariais, das entidades de trabalhadores; dos conselhos de políticas públicas, dos movimentos sociais e populares; e das Organizações Não Governamentais (ONGs), permitindo a reunião de um maior número de informações sobre os endereços (físico e/ou eletrônico) e a identificação dos representantes de cada entidade/instituição.

A Figura 2 mostra a representação das instituições mapeadas no decorrer da elaboração do PDUI/RMGV.

Figura 2 - Representação das 1.602 instituições mapeadas no decorrer da elaboração do PDUI/RMGV



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Além disso, alguns desses segmentos também foram mobilizados para repasse de informações por intermédio de ofício, de e-mail e de contato telefônico, haja vista que nem sempre todos os dados estavam disponíveis nos sites ou não havia informações sobre o site dos mesmos.

Em conjunto, foi construído um banco com 2.458 contatos para envio de mensagens, imagens e vídeos através do aplicativo WhatsApp. Por meio dessa multiplataforma, representantes de vários segmentos da sociedade foram informados sobre as atividades e eventos do PDUI.

Nesse contexto, faz-se importante destacar que tanto o banco de atores sociais como a agenda de contatos do WhatsApp foram atualizados durante todo o processo. Sempre após todas as reuniões, atividades e eventos, novos contatos eram incluídos, o que permitiu que ambas as ferramentas ganhassem enorme importância para o processo de mobilização social, permitindo, inclusive, uma maior interação com os atores, sobretudo em função da troca constante de mensagens.

2.4 Reuniões de sensibilização

Como forma de promover um ambiente favorável e contar, de fato, com as representações da sociedade durante o processo de elaboração do PDUI, as reuniões de sensibilização ocorreram com o intuito de disseminar as principais informações e apresentar todas as etapas do trabalho, abrindo, portanto, um canal de diálogo permanente e contínuo.

Foram realizadas reuniões com a Famopes e as Federações das Associações de Moradores dos Municípios (exceto Vitória e Fundão), com as Centrais Sindicais – Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical,

União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) –; com as Federações Empresariais – Federação das Associações de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais do Estado do Espírito Santo (Femicro-ES), Instituto para o Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais do Espírito Santo (Instituto Sindimicro) e Espírito Santo em Ação; e com as Instituições de Ensino – Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Vila Velha (UVV), Faculdades Integradas Espírito-Santenses (Faesa), Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), Novo Milênio, Católica Salesiana e Multivix.

Sendo assim, o saldo desse processo de sensibilização foi extremamente exitoso para o andamento do trabalho, pois possibilitou que cada representação pudesse internalizar, de fato, o quão importante e fundamental é debater o futuro da Metrópole de forma coletiva e integrada.

2.5 Seminário de mobilização da sociedade

A realização do seminário de mobilização da sociedade assegurou publicamente o início de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, quando foram apresentadas aos participantes todas as etapas de elaboração do trabalho.

O evento foi realizado no dia 14 de dezembro de 2016, no auditório da Faesa, e buscou estimular os diversos atores sociais a participarem do processo de elaboração do PDUI, reafirmando a necessidade de comprometimento e de cooperação entre todos que residem na Metrópole.

Como parte da estratégia de mobilização para o seminário, foram enviados ofícios para todas as secretarias/órgãos do governo do Estado; prefeituras; câmaras municipais; entidades empresariais; entidades de trabalhadores; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; ONGs e os movimentos sociais e populares. Também houve ampla divulgação através de e-mail, cabendo destacar que alguns grupos foram mobilizados via WhatsApp, especialmente os representantes das associações de moradores.

Logo, como forma de promover uma ambiência metropolitana e possibilitar uma maior integração entre os participantes durante a realização da atividade, foram propostas duas técnicas participativas:

1) A Metrópole: do plano mental ao real

Após uma breve contextualização da Região Metropolitana da Grande Vitória no passado e no presente, o público foi convidado a refletir sobre a RMGV dos próximos 30 anos, considerando os contextos estadual e nacional. Na sequência, todos foram instigados a refletir sobre a metrópole desejada (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Participantes do seminário viram um pouco do contexto de formação da Região Metropolitana

Figura 4 - Palestrante levou o público à reflexão sobre o futuro da RMGV

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

2) União de mentes pensantes

Com o objetivo de preparar um ambiente que favoreça a conceituação de um plano colaborativo, multidisciplinar e marcado pelo engajamento contínuo, os participantes foram convidados a tocar as mãos, braços, pernas e cabeças uns dos outros, sinalizando a formação de uma rede (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Dinâmica simbolizou a formação de uma rede com os participantes

Figura 6 - Participantes foram convidados a tocar as mãos, pernas, braços e cabeças uns dos outros

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Além disso, como forma de motivar a participação dos presentes durante a realização do evento, disponibilizou-se um **Banner de Recados para a Região Metropolitana**, no qual as mensagens deixadas pelos participantes demonstraram a efetividade do evento em possibilitar maior compreensão sobre o desafio metropolitano: pensar a Região para além de seus limites territoriais e geográficos (Figuras 7, 8, 9 e 10).

Figura 7 - Participante fixou no banner de recados o seu desejo por uma metrópole compacta

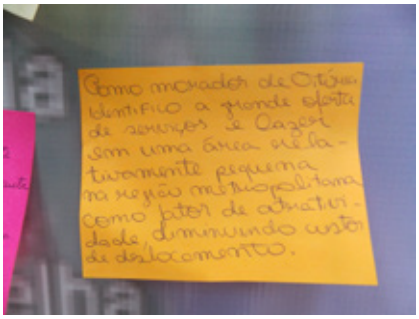


Figura 8 - Cidadão metropolitano priorizou o pensamento coletivo na promoção de políticas para a Região

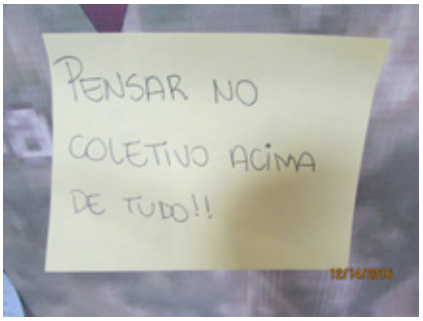


Figura 9 - O desejo por um planejamento integrado também estava no banner de recados

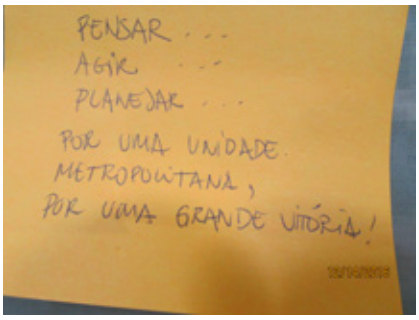
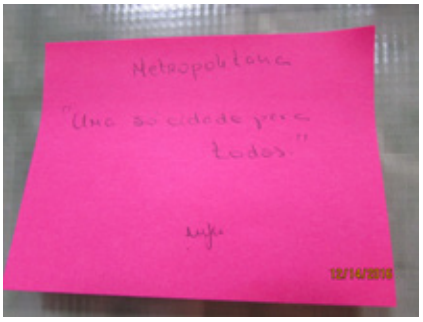


Figura 10 - Participante do seminário desejou uma metrópole para todos



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

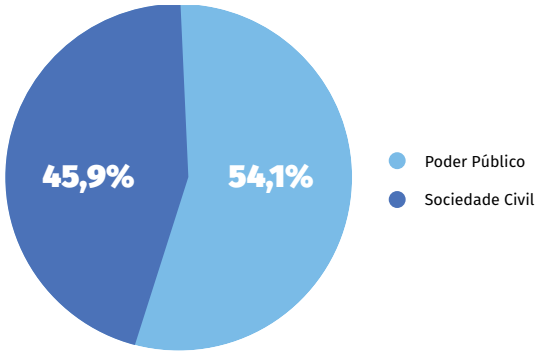
E ainda no intuito de selar um acordo coletivo, os participantes foram convidados, de maneira lúdica, a assumir o desafio de planejar o futuro da RMGV ao posarem para uma foto, tendo nas mãos a placa ***"#soumetropolitano"*** (Figura 11).

Figura 11 - Participantes com a placa "sou metropolitano"

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

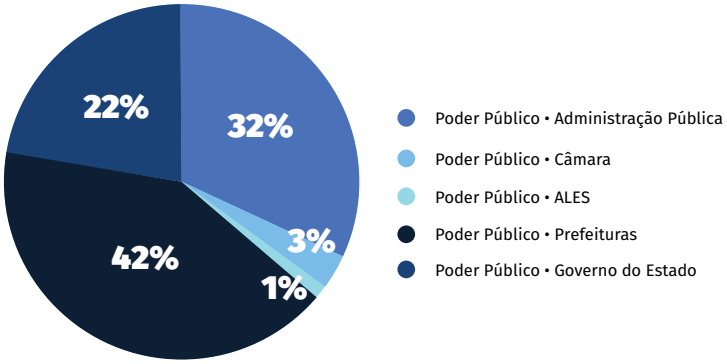
Ao todo, participaram do seminário 134 pessoas, sendo que deste universo 54,1% eram representantes do poder público e 45,9% da sociedade civil. Cabe destacar que do poder público 42% dos representantes eram originários das prefeituras e que da sociedade civil houve uma participação de 30% dos movimentos sociais e 30% de cidadãos (Gráficos 1, 2 e 3).

Gráfico 1 - Representação geral dos participantes do seminário de mobilização social



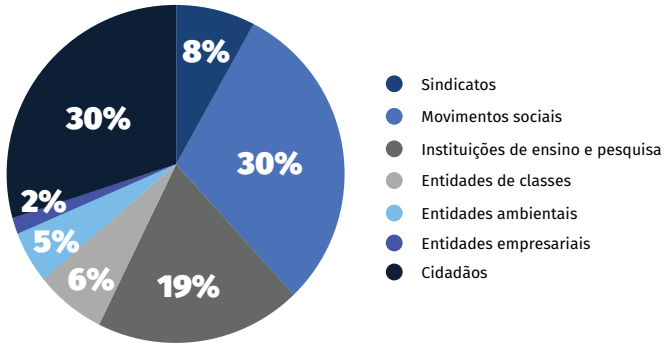
Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Gráfico 2 - Representação do Poder Público no seminário de mobilização social



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Gráfico 3 - Representação da sociedade civil no seminário de mobilização social



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

2.6 Reuniões técnicas

Iniciadas a partir da etapa de construção do diagnóstico integrado, as reuniões técnicas tiveram como objetivo o nivelamento das informações mais relevantes no contexto de elaboração do PDUI, especialmente as contidas em todos os planos e estudos elaborados para cada um dos municípios que compõem a Metrópole.

Com a realização dessas reuniões, abriu-se espaço permanente para dialogar com os segmentos sociais a partir das demandas que foram surgindo no decorrer do trabalho, especialmente dúvidas apresentadas pela equipe técnica responsável pela consolidação dos dados.

Sendo assim, as principais reuniões que ocorreram no período estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Reuniões técnicas ocorridas no período de elaboração do PDUI/RMGV

ANO	MÊS	MUNICÍPIO/ENTIDADE
2016	Dezembro	Espírito Santo em Ação
2017	Janeiro	Prefeitura Municipal de Fundão
		Prefeitura Municipal de Viana
		Prefeitura Municipal de Vila Velha
		Prefeitura Municipal de Vitória
	Fevereiro	Prefeitura Municipal de Guarapari
	Março	Prefeitura Municipal de Cariacica
		Fórum de Entidades e Federações
		Companhia Docas do Espírito Santo
		Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo
		Secretários de Estado
	Maio	Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano e Companhia Espírito Santense de Saneamento
		Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Espírito Santo
		Ministério Público do Estado do Espírito Santo
		Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha
		Fórum do Movimento Popular de Vila Velha
		Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória, Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo e Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo
	Junho	Federação Metropolitana do Movimento Popular da Grande Vitória
		Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo
		Conselho Municipal do Plano Diretor de Cariacica
		Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Viana
		Secretaria de Estado da Educação
		Companhia Espírito Santense de Saneamento
		Secretaria de Estado da Cultura
		Universidade Federal do Espírito Santo
	Julho	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
		Instituto Federal do Espírito Santo
		Instituto Marcos Daniel
		Instituto O Canal
		Conselho Municipal do Plano Diretor de Guarapari
		Universidade Federal do Espírito Santo
	Agosto	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
		Secretaria de Estado da Educação
	Outubro	Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Além disso, cabe ressaltar o fato de a elaboração do PDUI da RMGV ter se dado no âmbito do Comdevit, no qual todos os entes federados e sociedade civil participaram efetivamente das decisões e da elaboração do Plano. Como foi apresentado anteriormente, as reuniões com os Grupos Executivo e Técnico do

Comdevit, instâncias instituídas no âmbito deste Conselho, antecederam o início do processo de elaboração do PDUI, sendo todo o conteúdo e metodologia para a elaboração do Plano construídos junto com os representantes deste Conselho. Dessa forma, desde o início, foram realizadas reuniões do GT e do GE, totalizando 17 reuniões do GT e 13 reuniões do GE.

As reuniões do Grupo Executivo trataram de decisões mais estratégicas a serem levadas para os conselheiros do Comdevit. Já as reuniões do Grupo Técnico foram para discutir e propor todo o conteúdo técnico do Plano.

2.7 Oficinas

Ainda no processo de construção do diagnóstico integrado, nos meses de março e abril foram realizadas duas rodadas de oficinas, objetivando o aprofundamento do debate em torno dos temas do PDUI.

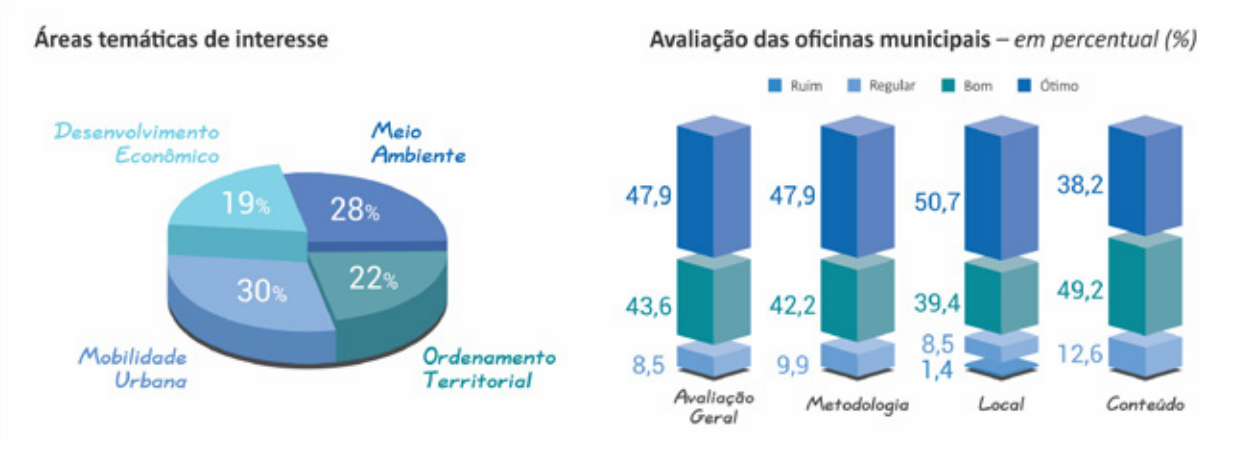
A primeira rodada de oficinas foi feita com as equipes técnicas municipais, sendo uma em cada município da RMGV, em momentos distintos. Nos sete encontros, buscou-se avaliar a percepção dos participantes em relação aos desafios e potencialidades apresentados em cada um dos quatro eixos norteadores do Plano e, por conseguinte, compreender como esses apontamentos impactariam o contexto metropolitano (Figura 12).

Figura 12 - Oficinas municipais

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

O somatório de participantes nas oficinas municipais foi de 71 técnicos, ressaltando que 30% apontaram a temática da mobilidade urbana como sendo a de maior interesse. Quanto à avaliação geral e à metodologia, 47,9% consideraram como sendo ótimas. Em relação ao local da atividade e ao conteúdo apresentado/debatido, 50,7% e 49,2% dos presentes afirmaram terem sido ótimo e bom, respectivamente (Figura 13).

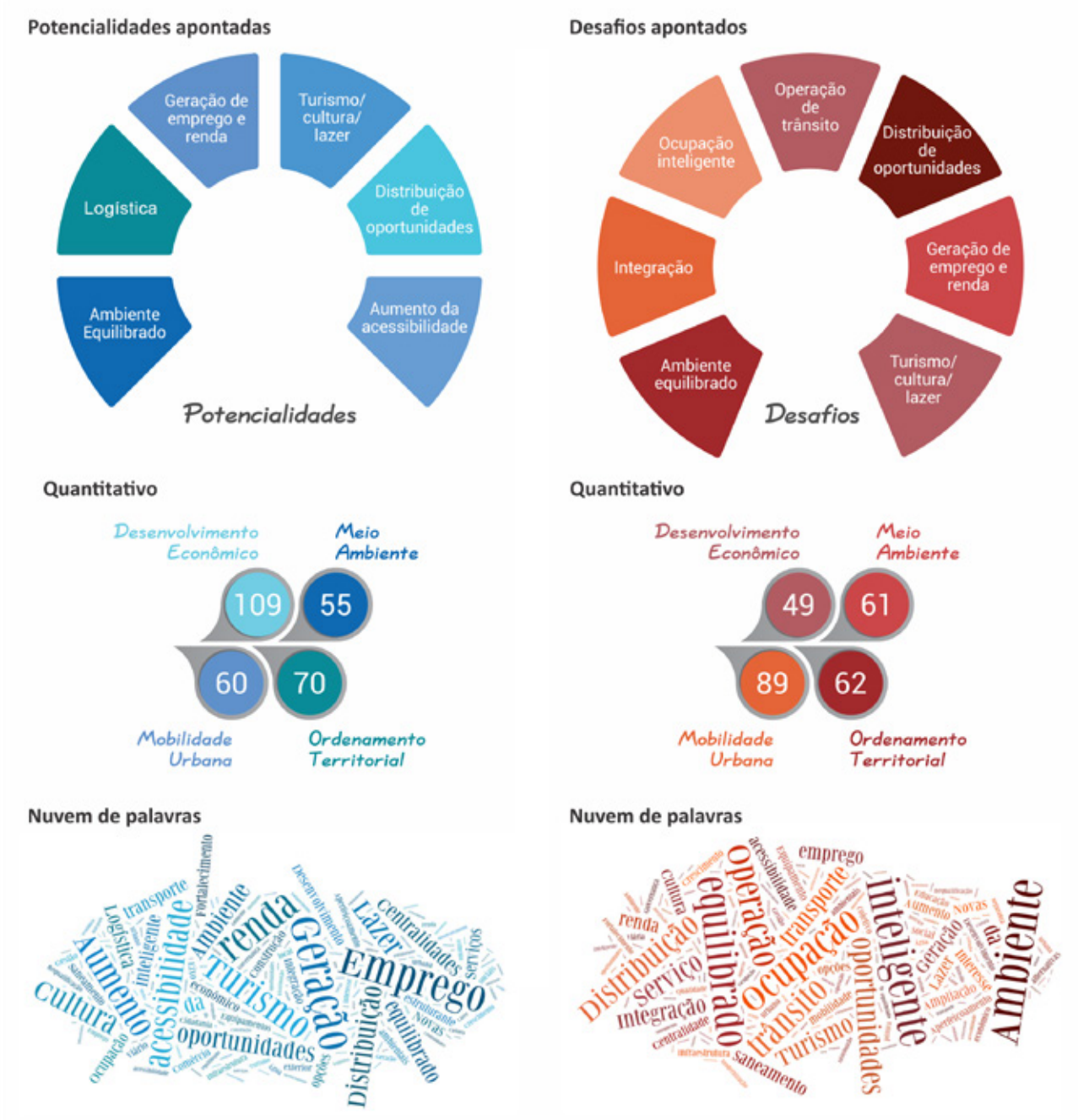
Figura 13 - Áreas de interesse e avaliação das oficinas municipais



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Além disso, como resultado do trabalho com os municípios, foram levantadas as principais potencialidades e desafios existentes com intuito de promover as interfaces necessárias à integração das cidades que compõem a RMGV. Logo, o maior quantitativo de potencialidades vincula-se ao eixo do desenvolvimento econômico e os desafios à mobilidade urbana. Dessa forma, o resultado do trabalho foi traduzido na Figura 14.

Figura 14 - Resultado das oficinas municipais



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Já a segunda rodada de oficinas ocorreu com as instituições de ensino superior e as entidades de classe, sendo o debate pautado em como os estudos, as pesquisas e o exercício profissional têm rebatimento nessa importante discussão, além de estimular a percepção desses atores quanto ao fortalecimento das políticas públicas. Essas oficinas, realizadas nos dias 18 e 19 de abril e 4 de maio de 2017, contaram com a presença de 73 participantes (Figura 15).

Figura 15 - Oficinas com instituições de ensino superior e entidades de classe

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Cabe destacar que, no contexto do debate promovido entre esses dois grupos, surgiu como encaminhamento promover discussões de forma integrada entre os mesmos, ou seja, a necessidade de qualificar o debate e de ampliar a possibilidade de contribuições, sendo adotado o seguinte roteiro:

Questões gerais:

1) Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs). O que deve prevalecer do metropolitano sobre o municipal?

2) O que devemos estimular ou desistir para efetivar as vocações da RMGV?

Ordenamento e Mobilidade:

1) Quais são os subpolos/centralidades da RMGV? Quais conceitos?

2) Zonas de Interesse Metropolitano. O que deve prevalecer do metropolitano sobre o municipal?

3) O que podemos esperar das novas tecnologias de informação e comunicação para planejar o território e a mobilidade de maneira integrada?

4) Como utilizar as infraestruturas de transporte existentes para atingir ganhos em mobilidade (ex. linhas férreas, outros modais)?

5) (Em sua pesquisa/percepção) São identificados novos vetores de expansão metropolitana? Quais?

Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

1) O que devemos estimular ou desistir para efetivar as vocações da RMGV?

2) Como desenvolver economicamente a Região com qualidade ambiental?

3) Como direcionar a RMGV para a economia do conhecimento? [O que queremos para a RMGV?]

Logo, a realização das reuniões técnicas e das oficinas trouxe à tona um conjunto de sugestões/proposições e isso contribuiu, de forma substancial, para fortalecer ainda mais as discussões, promovendo as conexões necessárias com todo o levantamento realizado a partir dos estudos, bem como o diálogo com os municípios e outros agentes de relevância para o trabalho.

2.8 Ciclo de Debates

A realização do ciclo de debates compreendeu a etapa de construção de cenários e projeções, no qual, juntamente com os representantes do poder público e dos segmentos da sociedade civil, promoveu-se um rico debate quanto ao futuro da Região Metropolitana, apontando a cidade que se deseja.

O trabalho neste ciclo foi desenvolvido a partir de leituras técnica, comunitária e institucional, de modo que, para tal, levaram-se em consideração o contexto econômico atual, as perspectivas futuras, os investimentos, os projetos públicos e privados (iniciados e previstos), possibilitando vislumbrar como a Região Metropolitana irá se comportar territorialmente.

Ao todo, foram feitas seis reuniões, distribuídas por segmento, conforme listado a seguir:

- Entidades empresariais;
- Entidades de trabalhadores;
- ONGs;
- Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;
- Movimentos populares e comunitários;
- Poder executivo estadual e prefeituras municipais.

Cada encontro teve duração de aproximadamente duas horas e foi conduzido com base na metodologia de grupo de discussão. Previamente, foram enviados convites formais às entidades, por meio de ofício e via e-mail, bem como aos representantes dos segmentos selecionados para participar de cada reunião, mediante o perfil traçado. Ao todo, foram enviados 281 ofícios.

No que diz respeito ao perfil, tomou-se como pressuposto que os convidados a participar das reuniões

tivessem as seguintes características:

- Ser personalidade atuante no segmento e na sociedade – podendo ser indicado pelas entidades que compõem o segmento;
- Ter capacidade de diálogo e interlocução;
- Possuir conhecimento sobre a região metropolitana, geral ou mesmo por eixo do Plano;
- Ter histórico/atuação em espaços similares, tais como PDM, Plano Diretor Urbano (PDU), conselhos em geral.

A proposta de trabalho do ciclo de debates fundamentou-se no modelo normalmente realizado na construção de cenários/visão de futuro em planejamento estratégico, de modo a direcionar os participantes a responderem quais são as suas perspectivas para a Região Metropolitana da Grande Vitória nos próximos 30 anos.

Todas as reuniões ocorreram no auditório do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), conforme o calendário a seguir (Figura 16).

Figura 16 - Calendário utilizado para divulgação do Ciclo de Debates

Calendário do Ciclo de Debates do PDUI

Ciclo de debates	Data	Horário	Local
Entidades empresariais	19/07/2017	14:00	IJSN
Entidades de trabalhadores	20/07/2017	14:00	IJSN
ONGs	25/07/2017	18:00	IJSN
Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa	27/07/2017	14:00	IJSN
Movimentos populares	01/08/2017	18:00	IJSN
Poder público	03/08/2017	14:00	IJSN

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Cada encontro teve início com uma apresentação geral sobre o processo de elaboração do Plano, sobre o diagnóstico da RMGV, e uma exposição de cenários e projeções possíveis, a fim de preparar os participantes para a roda de discussão, na qual seria estabelecido o debate (Figura 17).

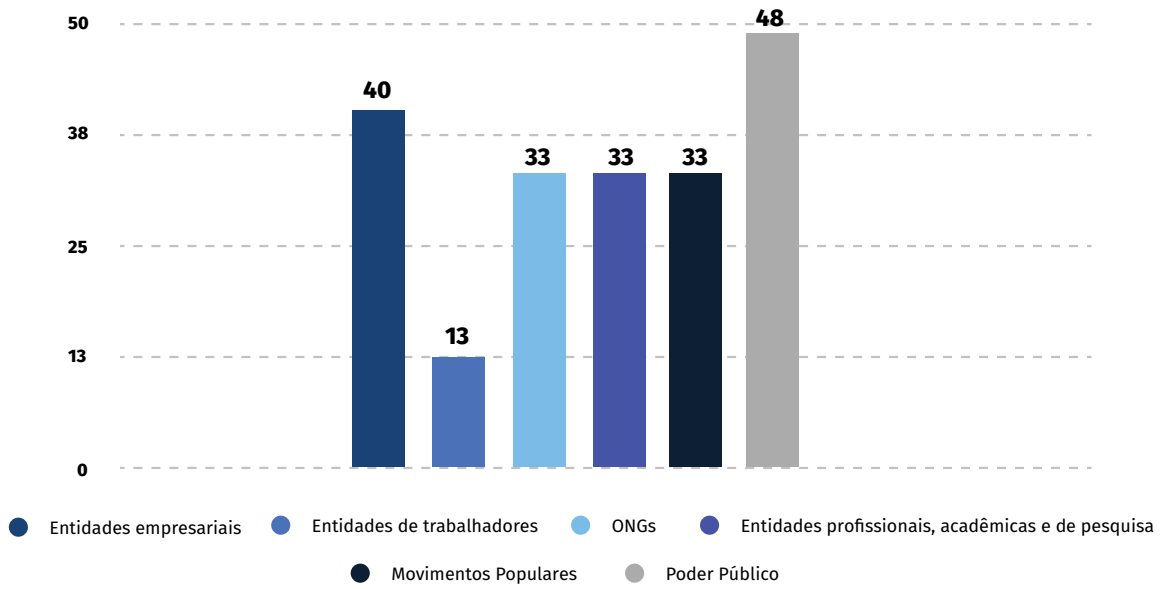
Figura 17 - Ciclo de debates com a sociedade civil e o poder público

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Em todas as reuniões, a equipe técnica registrou os principais pontos da discussão em forma de anotações e também por intermédio da gravação em formato de vídeo, que foi posteriormente transcrito na íntegra, proporcionando um melhor embasamento na produção do relatório do ciclo de debates e no caderno preliminar de propostas, que foi o produto final desta etapa.

No somatório dos seis encontros, houve um total de 110 convidados presentes em meio a um quantitativo de 200 pessoas que participaram das reuniões – incluindo os funcionários e pesquisadores do IJSN, conforme registro. As reuniões que contaram com o maior número de participantes foram os dias em que o debate ocorreu com representantes do poder público e das entidades empresariais, que tiveram 48 e 40 participantes, respectivamente, conforme pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Número de participantes por reunião no ciclo de debates



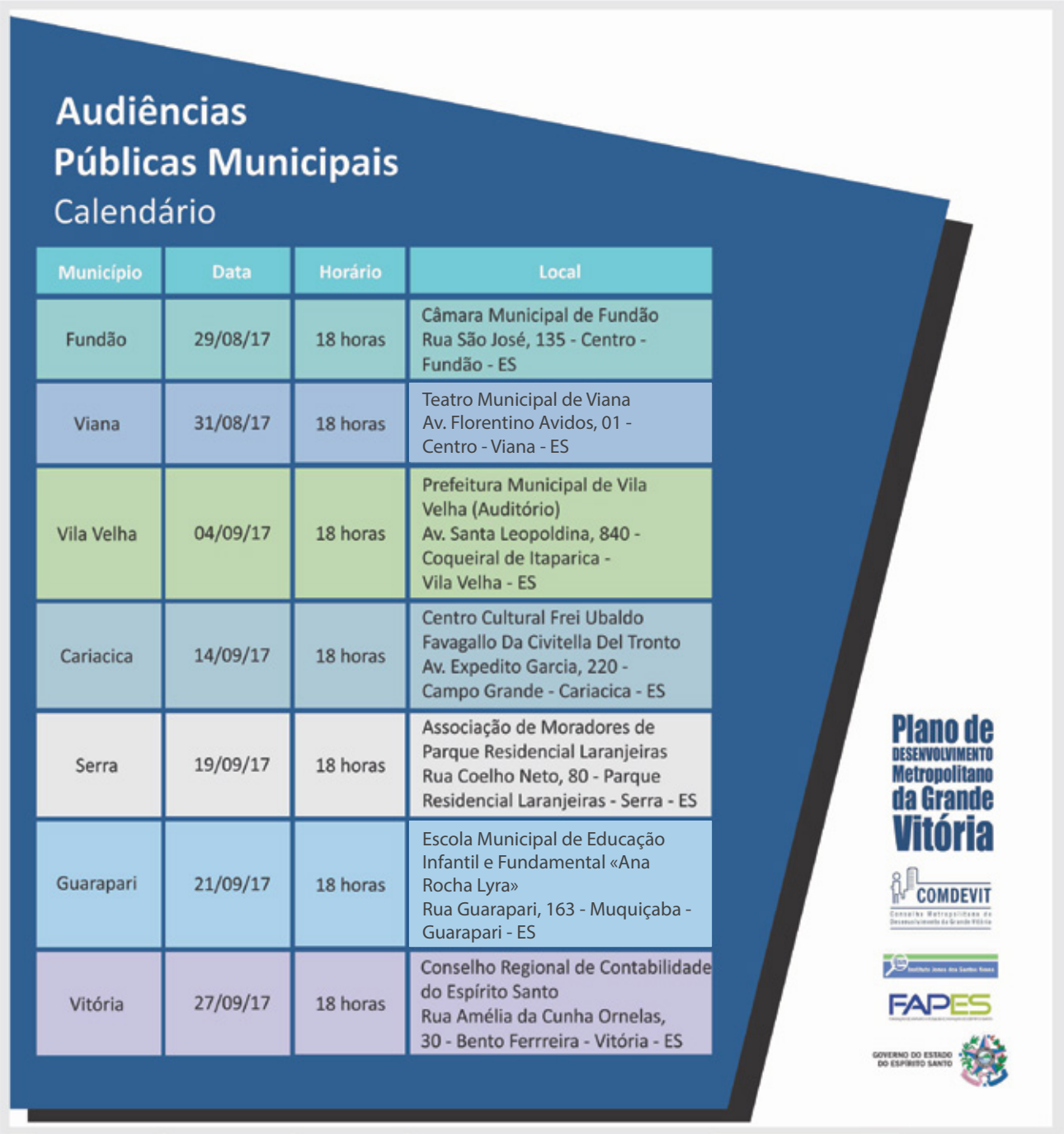
Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

2.9 Audiências públicas

Considerada a etapa mais ampla do processo participativo, as audiências públicas foram realizadas entre os dias 29 de agosto e 27 de setembro de 2017, espaço onde todos os representantes da sociedade civil e dos poderes públicos, estadual e municipal, puderam dialogar quanto ao futuro da Metrópole e, assim, apresentar proposições a partir do conteúdo elaborado nas etapas anteriores, especialmente o Caderno Preliminar de Propostas. A Figura 18 apresenta o calendário utilizado para a divulgação das audiências públicas.

Ao todo, ocorreram sete audiências (Figura 19), sendo uma em cada município da Região Metropolitana da Grande Vitória, totalizado 724 participantes, de acordo com a Tabela 1.

Figura 18 - Calendário utilizado para divulgação das audiências públicas



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Figura 19 - Audiências públicas municipais

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017)

Tabela 1 - Segmentos participantes nas audiências públicas

	MUNICÍPIOS							
Segmento	**Fundão**	**Viana**	**Vila Velha**	**Cariacica**	**Serra**	**Guarapari**	**Vitória**	**Total**
Sociedade Civil	13	26	31	63	33	26	35	227
Legislativo	2	2	0	3	7	5	2	21
Poder público estadual	28	23	26	25	24	22	23	171
IJSN	12	13	16	13	16	13	22	105
Poder público municipal	14	36	35	26	27	11	22	171
NS/NR	12	4	4	3	4	2		29
Total	81	104	112	133	111	79	104	724

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

A mobilização para esta etapa contou com envio de ofícios, e-mail e WhatsApp, além do suporte de todas as prefeituras, especialmente dos setores de comunicação, que contribuíram com a divulgação em seus websites e na distribuição das filipetas nos municípios.

Além disso, todos os locais de realização foram devidamente acordados com os municípios a fim de proporcionar sempre o espaço mais adequado e de mais fácil acesso à população.

Para subsidiar o debate, o conteúdo apresentado durante a realização das audiências foi construído com linguagem de fácil compreensão, utilizando recursos multimídia, de áudio e de imagem. Foi levado, ainda, em consideração:

1) Visão de Futuro: Metrópole para as pessoas

"Metrópole reconhecida pela **gestão integrada**, eficiente, dinâmica e **colaborativa**, comprometida com questões de **sustentabilidade**, de **acessibilidade**, de ordenamento no uso e ocupação do solo, sustentada por uma **economia competitiva**, integrada, territorialmente equilibrada e **inclusiva**".

2) Desafios e Propostas

Os Quadros 2, 3, 4, 5 e 6 trazem desafios e propostas para cada eixo temático do Plano – ordenamento territorial, meio ambiente e áreas de risco, mobilidade urbana e desenvolvimento econômico – e para a Governança Metropolitana.

Quadro 2 - Desafios e propostas para o eixo de ordenamento territorial

DESAFIOS	PROPOSTAS
Reduzir as desigualdades no acesso à infraestrutura metropolitana, integrando a ocupação do território às políticas econômica, ambiental e de mobilidade.	Infraestrutura e serviços urbanos: equilibrar a distribuição e o atendimento por serviços urbanos de responsabilidade pública aos cidadãos metropolitanos.
	Expansão Urbana: incentivar a ocupação e o adensamento de áreas já dotadas de infraestrutura (saneamento básico, transporte, rede de serviços) de forma compatível com a capacidade de suporte do território.
	Macrozoneamento Metropolitano: definição de porções do território onde há interesse metropolitano em acompanhar, fazendo uso de intervenções no processo de uso e ocupação do solo.
	Centralidade: definição e estruturação de uma rede hierarquizada de centralidades metropolitanas, que promovam o incremento da acessibilidade (acesso a atividades e a serviços urbanos) e contribuam para a redução das desigualdades territoriais e para o controle da expansão da mancha urbana.

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Quadro 3 - Desafios e propostas para o eixo de meio ambiente e áreas de risco

DESAFIOS	PROPOSTAS
Incrementar a qualidade ambiental do cotidiano urbano da Metrópole, assumindo a política ambiental como de interesse metropolitano, com o objetivo de aproximar os espaços naturais do cidadão, bem como integrar os ativos ambientais da região em sua política de desenvolvimento social e econômico.	Recursos Hídricos: garantir, no médio e longo prazos, políticas de abastecimento compatíveis com as propostas de desenvolvimento social e econômico para a RMGV.
	Esgotamento Sanitário: garantir a universalização do tratamento do esgoto sanitário.
	Resíduos Sólidos: integrar as políticas de coleta, de tratamento e de destinação final dos resíduos sólidos produzidos na RMGV.
	Áreas de Risco: alinhar as políticas de desenvolvimento social, territorial e econômico às barreiras representadas pelo tema da drenagem urbana e áreas de risco na RMGV.
	Espaços Naturais: garantia da efetivação das políticas de preservação em vigor, integrando-as efetivamente à vida cotidiana da metrópole.
	Transição Energética: dotar o território metropolitano de condições para a implantação de políticas de transição em direção a uma economia de baixo carbono.
	Qualidade do ar: proteger o meio ambiente e a saúde humana dos efeitos da contaminação atmosférica, por meio da implantação de uma política contínua e integrada de gestão da qualidade do ar na Metrópole.

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Quadro 4 - Desafios e propostas para o eixo de mobilidade urbana

DESAFIOS	PROPOSTAS
Garantir o planejamento e a implantação de políticas de mobilidade com foco na Metrópole, eliminando barreiras físicas e financeiras ao adequado deslocamento de pessoas e de mercadorias dentro da RMGV.	Planejamento integrado: integrar as políticas de mobilidade urbana de pessoas e mercadorias ao ordenamento territorial da RMGV (uso e ocupação do solo), privilegiando a gestão de demandas por deslocamento.
	Infraestrutura: adequar a infraestrutura de transportes às características regionais dos deslocamentos metropolitanos cotidianos.
	Logística metropolitana: gerenciamento de conflitos entre o uso do solo urbano e a infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos, áreas retroportuárias, aeroportos).
	Tecnologia: aprimoramento da qualidade da mobilidade urbana.

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Quadro 5 - Desafios e propostas para o eixo de desenvolvimento econômico

DESAFIOS	PROPOSTAS
Avançar na promoção da competitividade da RMGV nos cenários nacional e internacional, agregando valor às cadeias produtivas e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado no território metropolitano.	Ciência, tecnologia e inovação: dotar o território metropolitano de características que propiciem a viabilização de investimentos em ciência, tecnologia e inovação, como forma de diversificar a matriz econômica da RMGV.
	Educação para o empreendedorismo: investimentos com foco na formação de cidadãos preparados para a nova economia mundial, que contribuirão para o aprimoramento das cadeias produtivas na RMGV.
	Infraestrutura: dotar a RMGV de infraestrutura compatível com a proposta de diversificação e de agregação de valor às cadeias produtivas metropolitanas, com destaque para o incremento tecnológico.
	Desenvolvimento Integrado: promoção de maior equilíbrio do desenvolvimento econômico entre os municípios metropolitanos, com destaque para a complementariedade de suas economias e para o fomento ao desenvolvimento de vocações locais.

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Quadro 6 - Desafios e propostas para a governança metropolitana

DESAFIOS	PROPOSTAS
Estruturar e operacionalizar um sistema de governança interfederativa, em nível metropolitano, que contribua para o avanço do planejamento e da implantação de políticas de interesse da RMGV.	Gestão Metropolitana: estruturação de um fórum de referência, de decisões, de construção de políticas integradas, de seu controle e aprimoramento.
	Gestões Locais: sensibilização, treinamento e integração das equipes de planejamento dos municípios metropolitanos.
	Governo Estadual: integração contínua das questões metropolitanas no planejamento do desenvolvimento estratégico do Estado.
	Participação Social: garantia de participação efetiva de representantes da sociedade civil na estrutura de planejamento metropolitano.

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Todos os participantes tiveram a oportunidade de apresentar suas proposições verbalmente. O conteúdo foi gravado em áudio e subsidiou a elaboração das atas, sendo que ambos – gravação e ata – foram arquivados no Comdevit, bem como disponibilizados no website do PDUI: www.planometropolitano.com.br. Ao final da sétima audiência, foram contabilizadas 108 contribuições verbais.

É válido destacar que os participantes receberam, na entrada de cada encontro, um formulário para avaliação das audiências e outro para sugestão de propostas por escrito, juntamente com um livreto contendo um resumo do Caderno Preliminar de Propostas, resultado da sistematização das contribuições enviadas pela plataforma e proferidas nas reuniões realizadas em momentos anteriores à realização desta etapa.

Todas as contribuições e propostas foram reunidas e sistematizadas pela equipe técnica do PDUI e o substrato compôs os produtos elaborados posteriormente: Macrozoneamento, Plano de Ação, Sistema de Informações Metropolitanas, Sistema de Acompanhamento e Controle e Propostas para a Governança Metropolitana.

3 COMUNICAÇÃO DO PLANO

GUARAPARI • ARTESANATO BIRRUS • Fotografia de Tadeu Bianconi

3 COMUNICAÇÃO DO PLANO

Com o objetivo de promover ampla divulgação sobre o PDUI e todas as suas etapas, assegurando transparência e legitimidade ao processo, possibilitando a participação de representantes da sociedade civil nos processos de planejamento e de tomada de decisão quanto ao futuro da Região Metropolitana da Grande Vitória, foi elaborado um plano de comunicação.

Além da divulgação da agenda de eventos, como seminários, oficinas e audiências, a comunicação teve caráter socioeducativo, no sentido de possibilitar o debate de forma coerente com as diretrizes preconizadas no Estatuto da Metrópole, em particular no que tange às funções públicas de interesse comum, e ampliar a compreensão dos cidadãos para além dos limites territoriais.

Nesse sentido, a estratégia de comunicação adotada considerou, enquanto meios fundamentais, as redes sociais e as mídias tradicionais, e, enquanto forma/conteúdo, uma agenda de inserções na mídia e, em especial, a plataforma digital do Plano, que foi projetada com objetivo de ampliar o conhecimento sobre as questões metropolitanas e desafios para o futuro da Região, fomentando o debate de forma espontânea. Foi fundamental a articulação entre os meios e o cronograma de atividades do PDUI.

É válido ressaltar que o contexto de desenvolvimento do Plano exigiu maior agilidade na comunicação e ampla interação com as administrações municipais, tendo em vista que, ao longo dos anos de 2016 e de 2017, algumas prefeituras debatiam seus Planos Diretores, possibilitando a constituição de um contexto de "projetos e perspectivas" para as cidades. E isso representou três desafios significativos para o Plano e para a comunicação: 1) a novidade da discussão – planejamento integrado de um território que atravessa municípios, trazendo à tona suas semelhanças, mas também suas diferenças e conflitos; 2) a adesão efetiva de atores estratégicos das administrações públicas, frente ao cenário de mudanças nas gestões; e 3) a necessidade de ampla divulgação do PDUI, informando e sensibilizando a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade quanto à importância de sua participação em todas as etapas do Plano.

Em atenção aos desafios identificados, o Plano de Comunicação estabeleceu a sua estratégia em dois eixos:

Sensibilizar

A sensibilização tem caráter central de tornar receptiva a discussão sobre a Metrópole ao maior número possível de pessoas, reforçando, assim, a importância da participação de todos os atores nos processos de elaboração do PDUI.

A sensibilização teve como objetivo:

- Ressaltar a importância da participação de todos os atores sociais nos processos de elaboração do Plano;
- Promover um ambiente favorável ao debate, ao esclarecimento de dúvidas, garantindo acessibilidade;
- Fortalecer o envolvimento e parceria com instituições consideradas centrais para o desenvolvimento do Plano, tendo em vista sua capacidade de impacto e de articulação com diferentes segmentos sociais;
- Promover uma interação efetiva com atores públicos municipais, com finalidade de aproximar opiniões, percepções e ações;

• Mobilizar o maior número de cidadãos, incluindo atores sociais diretamente envolvidos com o debate e as questões urbanas.

Socioeducativo/Formativo

Diz respeito ao desafio de pensar a Metrópole para além dos limites territoriais, reforçando a diretriz principal, que diz respeito às funções de interesse comum.

Esse eixo teve como finalidade:

• Disseminar informação sobre o PDUI no que concerne aos eixos norteadores do debate – ordenamento territorial, meio ambiente e áreas de risco, mobilidade urbana, e desenvolvimento econômico – promovendo um debate positivo;

• Informar as etapas de elaboração do PDUI/RMGV e as formas de participação;

• Chamar atenção para a importância da participação nas diversas atividades, tais como oficinas, seminários e audiências públicas;

• Disseminar conhecimento acerca das questões metropolitanas, conscientizando sobre a necessidade de se trabalhar de forma conjunta para resolver questões de interesse comum.

3.1 Pensando a marca do Plano

A logomarca acompanhada do slogan "Planejando a Metrópole que queremos" (Figura 20) e da hashtag sou metropolitano – #soumetropolitano – foram elementos importantes para o estabelecimento de uma identidade com o PDUI. Isso porque esse conjunto transmitiu a ideia de integração dos territórios e das pessoas e, ainda, permitiu a propagação de seu conteúdo nas redes sociais a partir do uso do símbolo que representa a hashtag (#).

Figura 20 - Logomarca do PDUI da RMGV

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

A cor azul foi definida a partir do logotipo do Comdevit, instituição que capitaneou a elaboração, exe-

cução do Plano e que, juntamente com a Instância Executiva Interfederativa[1] , conduzirá as propostas e ações definidas pelo PDUI. Essa identificação teve como objetivo possibilitar uma rápida assimilação pela sociedade ao Comdevit, reconhecendo-o como instância deliberativa e de participação social. Assim, memorizando o Conselho como espaço de excelência para o debate sobre a Região Metropolitana.

Além disso, como forma de sensibilizar e fortalecer a integração da RMGV, foram elaborados banners com fotos das paisagens e monumentos de cada município, simbolizando a riqueza cultural e paisagística da Região, metrópole de todos. Nesse mesmo contexto, foi construído o vídeo institucional do Plano.

3.2 #soumetropolitano

Como forma de promover a integração de forma lúdica, foi elaborada uma placa com a frase "#soumetropolitano" (Figura 21), utilizada nas fotos dos eventos e atividades realizados ao logo do PDUI. Ao final de todos os eventos, os participantes eram convidados a tirar uma foto segurando a placa com os dizeres "#soumetropolitano".

Figura 21 - Placa "Sou Metropolitano"

Assista ao vídeo

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Esse "chamamento" para as fotos com a placa teve um caráter de pacto e de adesão à construção de uma metrópole melhor para todos. As fotos foram disponibilizadas para os participantes para serem divulgadas em suas páginas no Facebook. Essas imagens também foram anexadas à biblioteca de imagens no site do Plano, criando, assim, um ambiente de adesão e fomentando, portanto, a participação.

Além disso, a utilização da hashtag criou um hiperlink, permitindo a organização de todo o conteúdo gerado, o que facilitou a busca de informações sobre o Plano nas mídias sociais ou nos aplicativos de busca da internet.

3.3 Materiais digitais e impressos de divulgação

Além dos banners contendo as fotos de paisagem da Região Metropolitana, foram elaborados folders e banners para a divulgação do Plano. Os banners foram dispostos nos locais onde foram realizadas reuniões, seminário, oficinas, o ciclo de debates e audiências (Figuras 22, 23 e 24).

[1] De acordo com o Art. 25 da Lei Complementar nº 872, que institui o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, a estrutura de governança interfederativa da RMGV deverá ser criada mediante lei.

Figura 22 - Banner do PDUI da RMGV

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Figura 23 - Banner com imagens dos municípios de Vitória, Cariacica, Guarapari e Vila Velha

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Figura 24 - Banner com imagens dos municípios de Fundão, Viana e Serra

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Os folders tiveram caráter informativo e buscavam incentivar a participação, através do envio de propostas na plataforma digital do Plano (Figuras 25 e 26).

Figura 25 - Parte 1 do folder do PDUI/RMGV

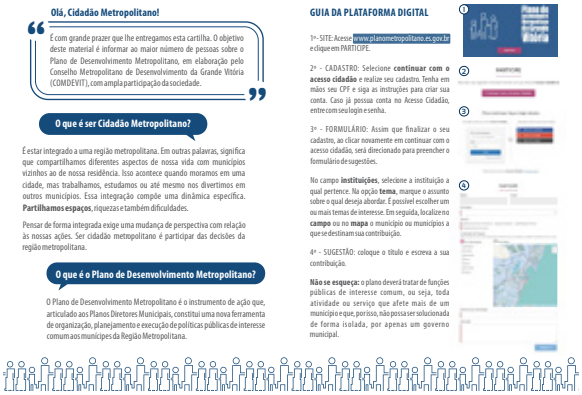
Figura 26 - Parte 2 do folder do PDUI/RMGV

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Foi construída a cartilha do PDUI a fim de promover a conscientização sobre a natureza do Plano e seus desdobramentos futuros e de orientar sobre o preenchimento de propostas na plataforma digital. Ela também informava sobre as atividades desenvolvidas e sobre o calendário de audiências, incentivando a participação dos cidadãos metropolitanos (Figuras 27, 28, 29 e 30).

Figura 27 - Parte 1 da cartilha do PDUI/RMGV

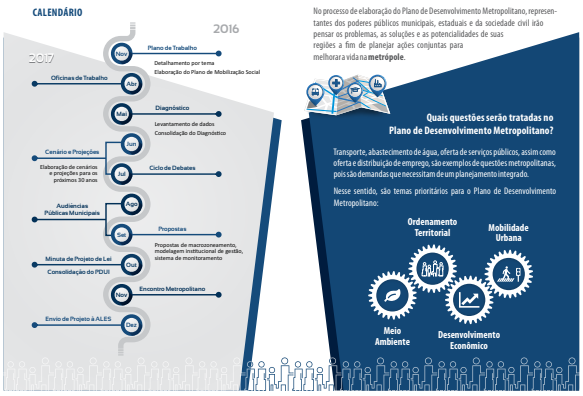
Figura 28 - Parte 2 da cartilha do PDUI/RMGV



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Figura 29 - Parte 3 da cartilha do PDUI/RMGV

Figura 30 - Parte 4 da cartilha do PDUI/RMGV



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Além da cartilha, para fins de divulgação em período próximo à realização das audiências públicas municipais, três peças foram elaboradas: filipetas, *cards* e banner digitais.

As filipetas (Figura 31) continham data, horário e local de realização da audiência (uma para cada município).

Figura 31 – Filipetas distribuídas nos sete municípios da RMGV

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Os cards, material digital na forma de convites, continham as mesmas informações, mas foram produzidos com a finalidade de envio via WhatsApp, e-mail e Facebook (Figura 32). Já os banners digitais foram pensados para serem colocados nos sites das prefeituras e nas páginas institucionais dias antes da realização das audiências.

Figura 32 – Cards das audiências públicas municipais

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

3.4 Canais de comunicação

A partir da definição da estratégia de comunicação, diferentes meios foram trabalhados de forma articulada: redes sociais (WhatsApp e Facebook), plataforma do Plano, mídias em geral (matérias, entrevistas em veículos de grande abrangência), de forma a divulgar o PDUI/RMGV, suas ações e etapas. Abaixo listamos os meios mobilizados a partir dos objetivos/eixos estratégicos:

Função comunicativa, formativa e socioeducativa:

- Facebook, entrevistas em rádio e TV, matérias em jornais impressos.

Função comunicativa e apresentação e recebimento de propostas elaboradas pela sociedade:

- Plataforma digital.

Função comunicativa:

- WhatsApp, mídias em geral.

É válido ressaltar que as mensagens trocadas pelo aplicativo WhatsApp serviram como termômetro das ações do Plano. Além de permitir um feedback de todas as ações realizadas, essa mídia, em particular, possibilitou uma manutenção do relacionamento, garantindo um tom menos formal durante todo o processo, assegurando transparência às ações.

3.4.1 Website do Plano Metropolitano

Seguindo a tendência de outros planos integrados realizados em território nacional, o PDUI contou com uma plataforma interativa, na qual o cidadão teve acesso a informações sobre o Plano e teve a oportunidade de enviar sua proposta para o futuro da RMGV (Figura 33).

Figura 33 - Página inicial do site do PDUI/RMGV

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Todo o conteúdo do website está descrito no mapa do site (anexo). Entretanto, podemos ressaltar que o website disponibilizou para consulta e também downloads:

- Apresentação do Comdevit;
- Informações sobre os eixos debatidos enquanto funções públicas de interesse comum;
- Apresentação do contexto do Plano, incluindo legislação;
- Documentos produzidos nas atividades desenvolvidas e nas audiências: lista de presença, atas e relatórios, apresentações e áudios;
- Documentos acadêmicos, PDMs e demais documentos utilizados como referência na elaboração do Plano;
- Notícias sobre o Plano;
- Calendário das oficinas, de reuniões e das audiências públicas;
- Galeria de Fotos das atividades desenvolvidas no decorrer do PDUI/RMGV.

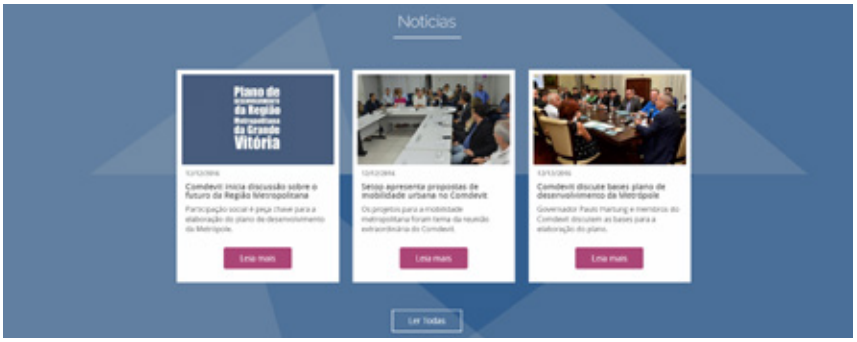
No website, o cidadão teve oportunidade de conhecer os eixos norteadores do Plano e compreender a abrangência das questões metropolitanas, ou seja, aquelas que afetam a mais de um município e que necessitam de um olhar integrado e de ações conjuntas (Figura 34).

Figura 34 - Imagem da descrição das questões metropolitanas no site

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Além disso, o cidadão metropolitano teve acesso às notícias e às informações sobre o Plano, que foram ferramentas úteis para proporcionar visibilidade às etapas de elaboração do PDUI. Dessa maneira, foi possível ampliar a compreensão da população, permitindo a participação da sociedade nas diferentes etapas do Plano Metropolitano (Figura 35).

Figura 35 - Imagem da aba de notícias do site



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Por meio do botão “PARTICIPE”, o cidadão pôde enviar suas contribuições sobre as questões que considerava centrais dentro dos temas/eixos a serem desenvolvidos no Plano Metropolitano. Nesse espaço, o cidadão pôde apresentar suas propostas e conhecer as propostas enviadas por outros cidadãos para o desenvolvimento da RMGV.

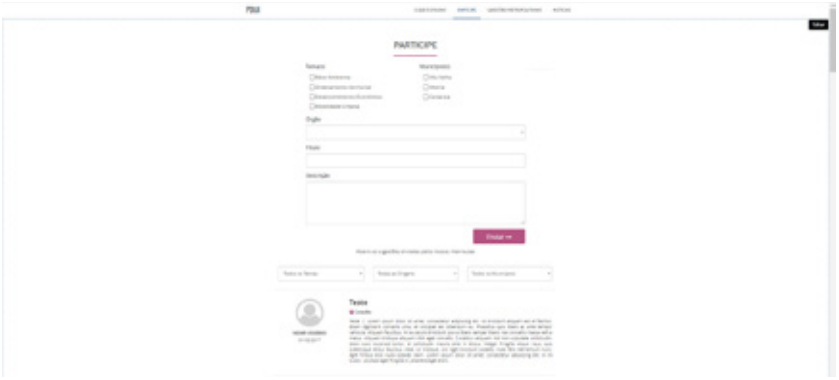
No ambiente interativo, o cidadão foi obrigado a preencher um cadastro no sistema “Acesso Cidadão” do governo do Estado (Figura 36). Essa foi a forma encontrada para garantir a autenticidade da proposta.

Figura 36 - Imagem do login ao sistema Acesso idadão

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Para o envio de propostas, foi elaborado um formulário de preenchimento on-line, no qual o cidadão deveria selecionar o (s) tema (s) ao (s) qual (is) destinava (m) sua (s) proposta (s) (Figura 37).

Figura 37 - Imagem da aba participe do site



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

É necessário pontuar que o cidadão foi alertado sobre a necessidade de adequação de sua proposta ao princípio de "função pública de interesse comum", preconizado no Estatuto da Metrópole. Ao final do preenchimento de cada proposta, um quadro de alerta informava o cidadão de que as contribuições que não se enquadrassem nos pré-requisitos não seriam consideradas no conjunto de propostas para a Metrópole. No entanto, após análise, seriam encaminhadas aos órgãos ou instituições pertinentes.

Para que a participação por meio desse canal ocorresse de forma efetiva, um vídeo explicativo (tutorial) foi disponibilizado no website e também apresentado em todos os encontros. Nele, o cidadão visualizava o preenchimento de uma proposta, podendo, assim, esclarecer dúvidas.

Além do formulário de contribuições, o cidadão pôde identificar geograficamente a localização a qual se destinava sua proposta por intermédio de um mapa. Essa metodologia possibilitou compreender a concentração de determinadas demandas dentro dos limites geográficos do território metropolitano.

As propostas enviadas e validadas pela equipe técnica do PDUI puderam ser visualizadas por qualquer pessoa, bastando acessar os itens Participe e Contribuições. Isso permitiu a transparência do processo, e ainda ampliou o conhecimento e disseminou o debate sobre os temas.

A plataforma foi inaugurada em 11 de abril de 2017 e recebeu 65 propostas até o dia 8 de outubro do mesmo ano, prazo final para envio das mesmas. O conteúdo das propostas identificava desafios, possibilidades e contribuíam para uma compreensão maior da complexidade da RMGV. Do dia 11 de abril até o dia 27 de dezembro de 2017, 2.678 pessoas acessaram o site, totalizando 5.161 acessos, conforme o site Google Analytics.

Analisando o alcance do site do PDUI no estado do Espírito Santo, observa-se que houve 3.517 acessos no período, sendo que um total de 3.431 desse quantitativo refere-se a acessos feitos da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Considerando os acessos feitos do Brasil, não foram somente usuários do Espírito Santo que visitaram a plataforma digital. Além do estado capixaba, outros 22 estados brasileiros constam entre os 4.989[2] acessos no site feitos do Brasil, entre eles, Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará, conforme é visto na Tabela 2.

[2] O site do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória também teve registro de acessos feitos de outros países, que representam a diferença entre o total de acessos (5.161) e o total de acessos feitos do Brasil.

Tabela 2 - Número de acessos ao site do PDUI por estado

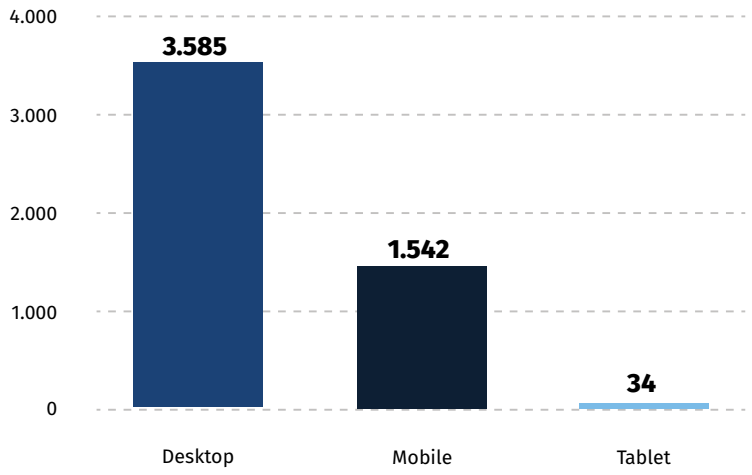
Estados do Brasil	Nº de acessos
Espírito Santo	3.517
Rio de Janeiro	534
São Paulo	471
Ceará	88
Pernambuco	81
Minas Gerais	69
Distrito Federal	47
Goiás	39
Bahia	38
Paraná	35
Rio Grande do Sul	16
Santa Catarina	15
Maranhão	10
Alagoas	5
Sergipe	5
Mato Grosso	4
Amazonas	3
Paraíba	3
Piauí	3
Rio Grande do Norte	3
Pará	1
Amapá	1
Rondônia	1
Total	**4.989**

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

No que diz respeito à forma como as pessoas tiveram acesso ao site, os dados do Google Analytics indicam que 47,7% dos usuários – representando 2.460 acessos – acessaram a página espontaneamente. Já 37,5% utilizaram a pesquisa no Google ao digitar os termos “Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado” e “Plano Metropolitano”.

Com relação ao tipo de dispositivo utilizado para acessar o site do Plano Metropolitano, os dados apontam que a maior parte das pessoas entrou na plataforma digital através de um computador desktop, totalizando 3.585 acessos. Já um total de 1.542 acessos são referentes a acessos feitos de um celular (mobile) e apenas 34 acessos foram realizados de um tablet (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Quantitativo de acessos ao site por dispositivo



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

3.4.2 Mídias sociais

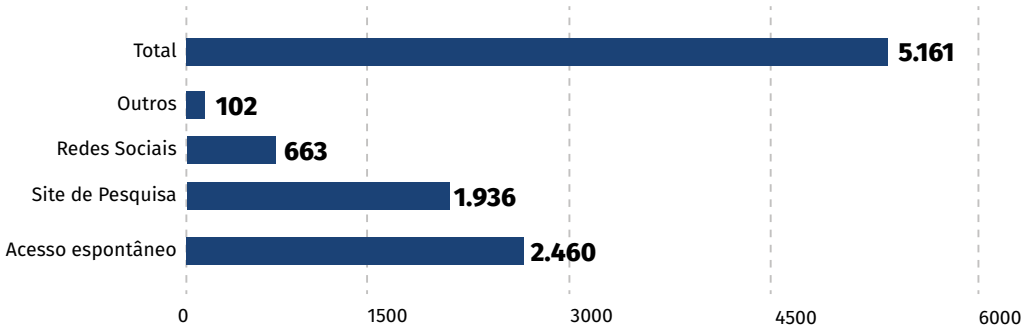
3.4.2.1 Inserções na página do Facebook do Instituto Jones dos Santos Neves

O Facebook é uma importante ferramenta de divulgação, de forma que tudo o que é criado nas páginas do Facebook aparece como resultado de busca dos sites de pesquisas, aumentando a chance de divulgação do Plano Metropolitano. Por essa razão, a estratégia adotada foi utilizar a página do Instituto Jones dos Santos Neves – secretaria executiva do Comdevit e órgão de apoio técnico ao PDUI – para realizar as inserções das notícias sobre o Plano. Dessa maneira, seria possível alcançar um público específico, habituado a acessar a página do IJSN para obter informações sobre a Região Metropolitana.

Nesse sentido, buscou-se associar o Comdevit e o IJSN ao PDUI, certificando a idoneidade do processo de elaboração do Plano e, ainda, fortalecendo a relação entre essas instâncias.

As mídias sociais (Facebook, Twitter e Linkedin) foram responsáveis por 12,85% dos acessos, representando um total de 663 sessões, conforme pode ser observado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Formas de acesso dos usuários à plataforma digital do PDUI



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

3.4.2.2 WhatsApp

Por ser bastante versátil em termos de conteúdo (mensagem, áudio, vídeo, fotos), o WhatsApp – aplicativo de troca de mensagens – foi utilizado de diferentes formas:

- Apresentação do Plano, com a divulgação do Seminário de Mobilização da Sociedade;
- Divulgação do endereço da plataforma digital;
- Divulgação da página do Facebook do IJSN;
- Convites para as oficinas, as reuniões, os seminários, as audiências públicas e eventos em geral;
- Envio de notícias e imagens relacionadas ao PDUI.

A equipe de mobilização também atuou no esclarecimento de dúvidas, reclamações e sugestões por meio deste canal.

3.4.3 Clipping

Para acompanhar e auxiliar na elaboração do diagnóstico e também para que a equipe técnica do PDUI pudesse ter uma maior compreensão do impacto do Plano nos diferentes segmentos da sociedade, sobretudo no meio jornalístico, foi construído um banco de notícias, segmentado em dois tipos: 1) notícias que citavam diretamente o PDUI da RMGV; e 2) matérias cujas temáticas abordavam os quatro eixos norteadores do Plano Metropolitano. Nesse sentido, foram monitoradas as notícias em jornais, revistas, meios de comunicação, preferencialmente digitais, incluindo, quando pertinente, notícias nas redes sociais, blogs, rádio e televisão.

Para que toda a equipe de pesquisadores atuante na elaboração do PDUI estivesse sempre informada acerca dos dados e fatos que ocorriam na Região Metropolitana, adotou-se o envio de um clipping semanal via e-mail, contendo as principais notícias dos temas relacionados ao PDUI, veiculadas na mídia local e nos sites das prefeituras municipais e, ainda, aquelas condizentes à repercussão do PDUI na mídia, quando havia.

Além do envio do clipping semanal, o substrato de informações relevantes ao Plano, ou a quaisquer um de seus eixos, era divulgado por meio do aplicativo WhatsApp às equipes técnicas envolvidas na elaboração do Plano. Todo o material do clipping foi arquivado pela equipe de mobilização, caso fosse necessária consulta eventual a notícias passadas.

O clipping possibilitou monitorar e avaliar o desenvolvimento do Plano. Também permitiu antever cenários, conflitos ou acompanhar debates paralelos às discussões, sobretudo dos PDMs que estavam em produção concomitante ao PDUI/RMGV e que, de alguma forma, poderiam interferir direta ou indiretamente na elaboração ou nas ações desenvolvidas do Plano. A notícia, por exemplo, sobre ações integradas entre prefeituras, possibilitou ampliar tal debate dentro do Plano.

Em resumo, a construção do clipping pôde atender às diferentes etapas do Plano, a exemplo, no diagnóstico, apontando as principais questões debatidas pela sociedade e pelas administrações públicas; e na etapa de elaboração de propostas, na qual foi possível analisar pontos apresentados nas mídias. E, ao longo de todo o processo, essa ferramenta de organização das notícias atuou como termômetro de todas as ações.

3.5 Outros meios mobilizados

3.5.1 Sites institucionais: Governo do Estado e prefeituras

Foi fundamental para o sucesso da divulgação do Plano, sobretudo no período que antecedeu às audiências públicas, a divulgação dos calendários e locais das audiências nos sites das administrações públicas municipais (sedes das audiências) e no site do IJSN, além da divulgação na plataforma digital do Plano. Para as prefeituras, foram elaborados banners e pop-ups com chamada para as audiências públicas (Figura 38).

Figura 38 - Banners elaborados para os sites institucionais das prefeituras

Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Além disso, houve publicações de matérias sobre o andamento do projeto e divulgação da plataforma do Plano, incentivando a participação por meio do envio de propostas. As prefeituras municipais da RMGV também publicaram notícias sobre o PDUI em seus portais institucionais.

Houve também três publicações no site da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), entre os dias 9 e 14 de novembro, período em que o PDUI estava em processo de tramitação e votação na Casa.

3.5.2 Imprensa: jornais impressos, on-line e rádio

É importante destacar que, ao longo de todo o processo, os jornais de grande circulação, inclusive mídia televisiva, foram estimulados por meio do envio de releases para publicação de matérias sobre o PDUI e suas etapas, reforçando a importância da participação na plataforma interativa e informando, em momento oportuno, sobre as datas previstas para as audiências públicas nos municípios.

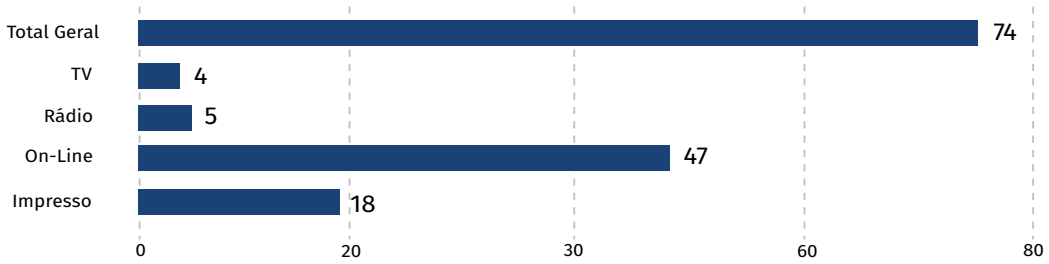
Desde a etapa de planejamento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana da Grande Vitória, houve um total de 74 repercussões na mídia local, até o dia 27 de dezembro de 2017. A primeira delas foi uma entrevista na rádio CBN Vitória, no dia 15 de janeiro de 2015, com duração de aproximadamente 35 minutos, realizada com a então diretora-presidente do IJSN, Andrezza Rosalém. Na entrevista, Rosalém explicava o contexto de criação do Estatuto da Metrópole, que passou a exigir um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para as regiões metropolitanas brasileiras. No dia seguinte,

no dia 16 de janeiro de 2015, foi ao ar outra entrevista com a então diretora-presidente do IJSN no programa Fala Manhã, da TV Vitória, informando que os municípios da região metropolitana passariam a contar com um Plano de Desenvolvimento Metropolitano.

Após o lançamento do Plano, em dezembro de 2016, foi publicada, no dia 12 de fevereiro de 2017, uma matéria no site Gazeta On-line, ressaltando a informação de que as cidades da RMGV teriam um PDUI, com o objetivo de propor uma gestão integrada entre os sete municípios.

Desse total de inserções na imprensa local, 47 foram publicadas em sites de notícias na internet, 18 em jornais impressos, quatro na mídia televisiva e cinco em veículos de rádio, como é possível observar no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Número de inserções do PDUI na imprensa local por tipo de mídia



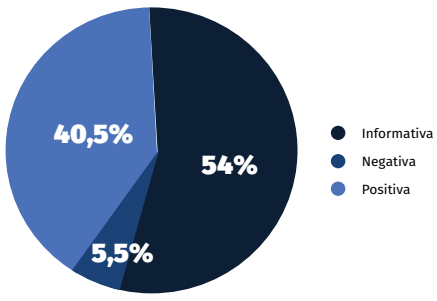
Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

Quase metade dessas inserções ocorreram no jornal A Tribuna (8 matérias), considerado um jornal de ampla cobertura no Estado. Outro grande jornal, A Gazeta, publicou seis matérias e o Metro, de distribuição gratuita, publicou três matérias. Uma reportagem também foi publicada no jornal Correio do Estado, que tem sede em Linhares.

Com relação à mídia televisiva, as matérias foram exibidas na TV Gazeta, TV Vitória, TV Guarapari e TV Educativa, sendo uma em cada veículo. Já as cinco matérias de rádio foram veiculadas na CBN Vitória. No que compete aos portais da internet, os mais conhecidos foram ES Hoje (duas matérias), Folha Vitória (duas matérias), G1 ES (uma matéria), Gazeta On-line (duas matérias), Século Diário (quatro matérias) e Vitória News (cinco matérias).

Quanto à classificação das notícias, a maior parte delas foi de cunho informativo, totalizando 40 matérias (54%), enquanto houve 30 reportagens consideradas positivas em relação ao Plano, ou 40,5% do total de inserções midiáticas. Dentre o quantitativo, houve quatro matérias negativas (5,5%), isto é, que apresentaram certa visão ou aspecto negativo do PDUI para a população. O panorama dessa classificação pode ser visto no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Classificação das notícias sobre o PDUI na mídia local



Fonte: Elaborado por PDUI/IJSN (2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe de mobilização social buscou, desde o início da elaboração do PDUI da Região Metropolitana, trabalhar de forma integrada junto aos demais pesquisadores e à coordenação técnica, de maneira a tomar conhecimento de todo o processo de construção do Plano e, assim, obter êxito no envolvimento do maior número possível de atores sociais nas etapas do PDUI que necessitavam da participação dos cidadãos metropolitanos. Isso porque a participação social é um dos elementos norteadores da elaboração do PDUI, logo, era necessário que fosse conduzida com a devida importância e seriedade.

A Lei Complementar nº 872 – que institui o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado na Região Metropolitana e que foi sancionada pelo governador do Estado no dia 7 de dezembro de 2017 – é fruto da participação de todos os segmentos da sociedade que se propuseram a participar, seja por meio do envio de propostas via plataforma digital, e-mail ou ofícios; seja mediante ao comparecimento nas oficinas, nos seminários, no ciclo de debates e nas audiências públicas.

Nesse sentido, o entendimento de que a metrópole é para todos e de que seu futuro deve ser desenhado a múltiplas mãos esteve refletido no processo participativo do PDUI da Região Metropolitana da Grande Vitória. Processo que resultou no envolvimento e integração de diversos segmentos sociais atuantes na temática do planejamento urbano, empenhados na construção coletiva da Metrópole que queremos para os próximos 30 anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jan. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

CONSELHO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE VITÓRIA (Espírito Santo). Resolução nº 19, de 05 de maio de 2016. **Diário Oficial [do] Espírito Santo**. Disponível em: < https://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/5353>.

ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 318, de 18 de janeiro de 2005. Disponível em: < http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC%20n%C2%BA%20318.html>.

ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 872, de 07 de dezembro de 2017. Institui o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. **Diário Oficial [do] Espírito Santo**, Vitória, 08 dez. 2017. Disponível em: <https:// www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/5989>.

APÊNDICE A

A METRÓPOLE QUE QUEREMOS: Propostas e Encaminhamentos

VIANA • IGREJA NOSSA SENHORA DA AJUDA • Fotografia de Tadeu Bianconi

APÊNDICE A – A METRÓPOLE QUE QUEREMOS
Propostas e Encaminhamentos

As contribuições realizadas no decorrer de todo o processo participativo pelos cidadãos metropolitanos, bem como pelos representantes do poder público municipal e estadual durante a elaboração do PDUI/RMGV, estão aqui reunidas na forma de propostas. Foram coletadas nos diferentes encontros realizados ao longo do Plano: oficinas municipais, reuniões técnicas, reuniões com segmentos da sociedade civil, ciclo de debates, audiências públicas e via plataforma digital, ofícios e e-mails encaminhados ao mobilizapdui@ijsn.es.gov.br.

As propostas recebidas foram analisadas, sistematizadas conforme os eixos norteadores do Plano e estruturadas, considerando sua abrangência e inter-relação com outras propostas, obedecendo à denominação "P" para proposta e "E" para encaminhamento.

É necessário ressaltar que os programas e políticas aqui identificados encontram-se detalhados no Volume 4: Instrumentos e Políticas.

Governança Metropolitana

A Governança Metropolitana foi reconhecida na colocação das propostas como o tema mais importante e desafiador a ser tratado pelo Plano. Somente a partir da reestruturação da gestão compartilhada entre os entes federativos da RMGV e a sociedade civil, com foco no Estatuto da Metrópole, será possível colocar em prática as ações e as ferramentas planejadas para as demais áreas temáticas definidas para este PDUI.

As sugestões recebidas tratam do estabelecimento de um Sistema de Governança Metropolitano baseado na transparência, na cooperação, na complementariedade e no equilíbrio representativo, que defina de forma clara responsabilidades, limites, normas e procedimentos e que represente o fórum adequado para a resolução de conflitos. Para tal, será necessário haver grande articulação entre os municípios, além da participação e do envolvimento da população. Foram sugeridas novas composições para o Comdevit e criação de um órgão comum entre os membros da RMGV para o compartilhamento de infraestrutura física e de conhecimento técnico.

P-1 • Estabelecimento de um Sistema de Governança Metropolitano definitivo, baseado na transparência, na cooperação, na complementariedade, no equilíbrio representativo, que defina de forma clara responsabilidades, limites, normas e procedimentos, e que represente o fórum adequado para a resolução de conflitos;

P-2 • Constituição de um conselho deliberativo, com a participação da sociedade civil, do empresariado e do governo;

P-3 • Atualizar a composição do Comdevit, com sete membros da Federação Metropolitana do Movimento Popular da Grande Vitória (FEMMP-GV);

P-4 • Recompor o Comdevit de forma que 50% mais 1 de seu plenário seja de representantes não governamentais, inclusa a participação de trabalhadores (as);

P-5 • Instituição de um parlamento metropolitano, com fórum aberto à população para que as discussões metropolitanas sejam amplamente debatidas;

P-6 • Criação de uma Companhia de Desenvolvimento e Gestão Metropolitana;

P-7 • Criação de um órgão para a partilha de estruturas (equipamentos e técnicos) e de conhecimento (dados e informações);

P-8 • Transparência na gestão e no sistema integrado de gestão metropolitana – amplo acesso à informação para todo cidadão;

P-9 • Articulação entre os municípios tanto em termos objetivos quanto jurídicos.

E: As propostas sistematizadas pela equipe do PDUI/RMGV serão levadas para a decisão do Comdevit quanto à adequação do modelo de governança que deverá ser aprovado mediante Lei Complementar.

P-10 • Monitoramento social dessa governança, com escuta popular, maior participação e envolvimento da população.

P-11 • Manutenção da transparência na gestão do Fundo Metropolitano (controle de prioridades e de monitoramento de ações e de projetos).

E: Propostas a serem consideradas pelo Comdevit quanto à adequação do modelo de governança que deverá ser aprovado mediante Lei Complementar.

P-12 • Organização e disponibilização de um Sistema Integrado de Informações Metropolitanas, com base em georreferenciamento, e de livre acesso aos técnicos municipais, integrando informações urbanísticas, socioeconômicas, ambientais e de mobilidade urbana.

E: O sistema de Informações Metropolitanas proposto está em fase de construção com conclusão prevista para janeiro de 2018. Estão sendo reunidas informações recebidas das prefeituras municipais, bem como as informações produzidas e levantadas para a elaboração do PDUI.

P-13 • Inclusão das informações culturais no sistema integrado de informações metropolitanas.

E: O Sistema de Informações Metropolitanas está em construção e, no primeiro momento, será focado em centralizar informações técnicas. A inserção de informações culturais poderá ser avaliada pelo Comdevit no decorrer de sua operação.

P-14 • Definição de indicadores para acompanhamento da implantação de planos e de projetos metropolitanos, de acordo com os objetivos e premissas definidos no PDUI.

E: Proposta contemplada no Plano de Ação preliminar do PDUI, disponível atualmente para consulta em: https://planometropolitano.es.gov.br. Cada programa proposto possui indicadores de acompanhamento que permitirão a avaliação das ações a serem implementadas.

Ordenamento Territorial

O Ordenamento Territorial pode ser considerado o tema que busca materializar no território todas as diretrizes e propostas abordadas para os demais temas mediante sua principal ferramenta, o Macrozoneamento Metropolitano. As principais questões apontadas no processo participativo abordaram: a necessidade do planejamento integrado das áreas de interesse metropolitano; a definição de diretrizes básicas para o sistema viário estruturante da RMGV, inclusive com reserva de área para novos trechos; a diversificação do uso do solo nas áreas de interesse metropolitano, evitando a excessiva concentração de atividades e estimulando a complementariedade de funções dentro da rede de centralidades; a redução da necessidade de deslocamentos cotidianos, por meio de políticas de incremento dos níveis de acessibilidade às atividades econômicas metropolitanas; o tratamento da questão habitacional de forma metropolitana; e a necessidade de se agregar qualidade ambiental ao ambiente urbano por intermédio

dos corredores hídricos.

É importante ressaltar, portanto, que as propostas colocadas para este tema apresentam uma expressiva relação com as propostas da mobilidade urbana, do desenvolvimento econômico e do meio ambiente, o que reforça a complementariedade entre os temas e a necessidade de integração das ações.

P-15 • Observância em termos de regulamentação/legislação para evitar sobreposição e contradição em relação aos PDMs.

E: Essa foi uma premissa para a elaboração do PDUI.

P-16 • Alinhamento e integração dos PDMs às diretrizes do PDUI (estabelecimento de obrigatoriedade de adequação) com maior controle da expansão urbana desordenada e irregular.

E: Os PDMs terão prazo de 3 anos, a partir da aprovação do PDUI em Lei, para se adequarem ao PDUI, que tem como diretriz, em seu Art. 5°, "o incentivo ao melhor aproveitamento de infraestruturas instaladas, desestimulando a expansão horizontal da mancha urbana, por meio de instrumentos urbanísticos, econômicos e fiscais".

P-17 • Planejar o Uso e Ocupação das Áreas de Interesse Metropolitano.

E: Proposta contemplada no Macrozoneamento Metropolitano e no Plano de Ação do PDUI.

P-18 • Planejar o território de forma a permitir um maior acesso aos serviços públicos – como saúde e educação –, mantendo o pensamento metropolitano no momento de decidir o lugar para implementação de hospitais, por exemplo.

E: O Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1) tem esse objetivo.

P-19 • Dinamização, descentralização e desconcentração de forma a equilibrar a Região Metropolitana como um todo.

E: O Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1) e o Programa Metropolitano de Criação e Fortalecimento da Rede de Centralidades (Programa 2) têm esse objetivo.

P-20 • Maior distribuição na oferta de oportunidades na região.

E: Proposta contemplada no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1).

P-21 • Agricultura na Região Metropolitana deve ser observada – segurança alimentar.

E: O Macrozoneamento Metropolitano contempla as áreas rurais dos municípios, onde a agricultura deve ser incentivada.

P-22 • Criação de uma Rede de Parques Metropolitanos, utilizando o patrimônio ambiental como ativo econômico e social, aproximando a população metropolitana dos espaços naturais.

P-23 • Incentivar áreas comuns, como praças e quadras de esportes.

E: Propostas contempladas no Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11) e no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1) por meio da criação da Rede de Parques Metropolitanos.

P-24 • Criação de um Parque linear às margens do Rio Marinho;

P-25 • Criar o Parque Municipal do Moxuara;

P-26 • Criar o Parque Municipal da Lagoa do Vigia.

E: Essas propostas poderão ser contempladas na criação da Rede de Parques Metropolitanos, ação contida no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1).

P-27 • Propor a criação de um anel ambiental com arborização das cidades da Grande Vitória.

E: O Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11) prevê o incentivo à arborização de logradouros que constituem corredores de ligação com áreas verdes adjacentes. Essa proposta será avaliada na elaboração do Plano Metropolitano de Valorização da Paisagem.

P-28 • Política Metropolitana contra a especulação imobiliária.

E: Proposta contemplada no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1) mediante a regulamentação de instrumentos urbanísticos e sociais previstos no Estatuto das Cidades e também por meio das diretrizes contidas no Macrozoneamento Metropolitano.

P-29 • Incentivar a habitação social, com a implantação de um programa de habitação social metropolitano, além de flexibilizar a entrada de famílias nesses programas.

E: Proposta atendida no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1) por meio do Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social.

P-30 • Regularização Fundiária compreendida como problema social, ambiental e urbano em toda a Região Metropolitana – necessidade de ações conjuntas – com a implantação de um programa de regularização fundiária.

E: Proposta atendida no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1) por meio do Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social e da regulamentação de instrumentos urbanísticos e sociais previstos no Estatuto das Cidades. Importante citar que o Programa Morar Legal – do Governo do Estado, sob a responsabilidade da Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb) – contempla essa proposta.

P-31 • Banco de terras e imóveis da Região Metropolitana para habitação de interesse social.

E: Essa proposta poderá ser contemplada no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1) mediante a elaboração do Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social.

P-32 • Inibir a expansão imobiliária sobre áreas ambientais, preservando principalmente as nascentes;

P-33 • Inibir a ocupação e a expansão imobiliária nos municípios agrícolas – segurança alimentar e hídrica.

E: O Programa Metropolitano de Criação e Fortalecimento da Rede de Centralidades (Programa 2) tem por objetivo incentivar o adensamento das áreas já infraestruturadas de forma a desestimular o espraiamento da mancha urbana. A preservação e a conservação ambiental também foram abordadas no Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11). As ações voltadas à segurança hídrica estão contidas no Programa Gestão das Águas (Programa 12). Importante citar que o Projeto Reflorestar, iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo, tem como objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e da recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e de renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos, sendo uma contribuição do Estado para o Desafio 20x20, iniciativa proposta por países da América Latina e Caribe (LAC), na Conferência das Partes (COP 20), no Peru, em 2014, para restaurar e/ou evitar o desmatamento em 20 milhões de hectares.

P-34 • Proteção de áreas de amortecimento de chuvas nos Rios da Grande Vitória, de forma a evitar sua ocupação, destinando função a essas áreas.

E: A proposta está contemplada pelo Macrozoneamento Metropolitano, por meio da Macrozona de Qualidade Ambiental, e no Plano de Ação, por intermédio do Programa Metropolitano de Criação e Fortalecimento da Rede de Centralidades (Programa 2), na medida em que a inibição do crescimento da mancha urbana possui reflexos na preservação das áreas rurais e naturais. A ideia de criar espaços multifuncionais também está contemplada no Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11) e no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1) por meio da criação da Rede de Parques Metropolitanos.

P-35 • Macrozoneamento deve prever e planejar áreas não ocupadas, permitindo o protagonismo do meio ambiente e a conectividade entre as pessoas.

E: Proposta atendida no Macrozoneamento Metropolitano por meio da Macrozona de Qualidade Ambiental e Urbana, proposição que também está contemplada no Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11).

P-36 • Mapeamento de áreas de risco, fundamentalmente regiões mais periféricas dos municípios, regiões que têm morro, para evitar deslizamentos ou até concentração de pessoas nessas regiões de áreas mais baixas.

E: Proposta atendida no Macrozoneamento Metropolitano, em que as áreas da RMGV com histórico de registros de desastres naturais decorrentes de movimentos de massa (deslizamentos de encosta) e processos hidrológicos (inundações, enxurradas e grandes alagamentos) foram mapeadas. A proposta também está contemplada no Programa Metropolitano de Gestão de Riscos Ambientais e Mudanças Climáticas (Programa 10), que irá mapear e cadastrar a população residente em áreas de risco da RMGV.

P-37 • Qualificação e requalificação dos espaços livres;

P-38 • Requalificação/ressignificação das áreas degradadas;

P-39 • Requalificação do Centro de Vitória – Políticas Habitacionais e fortalecimento da centralidade.

E: Propostas contempladas no Programa Metropolitano de Criação e Fortalecimento da Rede de Centralidades (Programa 2), mediante elaboração de planos e de projetos de requalificação urbana para ocupação de áreas centrais, e no Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11).

P-40 • Olhar sobre a pessoa e não sobre os veículos.

E: Essa diretriz norteou a elaboração do PDUI em todas as suas fases, de modo que sua efetivação dar-se-á, principalmente, por meio das ações propostas no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1); no Programa Metropolitano de Criação e Fortalecimento da Rede de Centralidades (Programa 2) e no Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3).

Mobilidade Urbana

Este é um tema que foi considerado de relevância metropolitana desde a concepção inicial do escopo do PDUI. Tanto a equipe técnica responsável pela sua elaboração quanto a população presente no processo participativo reconhecem que não é possível obter melhoras significativas na mobilidade em um município sem uma ação sistêmica que envolva todo o território metropolitano.

As propostas apresentadas para o tema versam sobre: a necessidade de priorização do transporte coletivo sobre o individual, inlcuindo a integração, a multimodalidade (rodoviário, ferroviário, hidroviário, transporte por bicicletas ou a pé) e as soluções tecnológicas objetivando a adequação ambiental, a atratividade e a

confiabilidade; a ampliação da acessibilidade, sobretudo nas áreas de maior concentração de pessoas e de atividades; a necessidade de integração da gestão operacional do tráfego nos principais corredores metropolitanos; a urgência quanto à definição das intervenções viárias prioritárias para reserva de espaços para sua implantação nos documentos de planejamento territorial; a carência de indicadores para monitoramento constante da qualidade da mobilidade metropolitana, com destaque para os tempos de viagem, o impacto financeiro dos deslocamentos e a segurança viária; e a premência no que diz respeito à orientação dos investimentos públicos e dos incentivos ao investimento privado de forma a promover melhoria no equilíbrio da distribuição das oportunidades no território, visando ao fortalecimento e à ampliação da rede de centralidades.

Além das propostas conceituais apresentadas, houve a inserção de propostas projetuais, representadas por mapas, as quais demonstram pontos de vista diversos acerca do aproveitamento da infraestrutura já instalada e que deverão ser analisadas pelo planejamento específico do tema. Essas propostas referem-se a: 1- Transporte fluviomarítimo metropolitano; 2- Trem urbano e regional de passageiros; 3- Veículo leve sobre trilhos (VLT); e 4- BRT. Todas elas encontram-se detalhadas na íntegra no Relatório de Propostas Recebidas.

P-41 • Ampliação da acessibilidade com olhar a partir do deficiente físico. A garantia de acessibilidade – respeito e aplicação da Lei Federal nº 13.146/2015 – e a inclusão da pessoa com deficiência devem ser incluídas no Plano Metropolitano.

E: Essa diretriz será contemplada na elaboração do Plano de Mobilidade Metropolitana, previsto no Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3).

P-42 • Implantar calçadas na Região Metropolitana, com acessibilidade padronizada, mantendo uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e de pessoas com mobilidade reduzida, com calçadas e com travessas adequadas.

E: Proposta contemplada no Programa de Redução de Desigualdades no Acesso à Metrópole (Programa 1), que prevê projetos de microacessibilidade nas vias, e no Programa de Qualificação e Ampliação do Sistema Viário Metropolitano Multimodal e Conexos (Programa 4), com a previsão da elaboração de Projetos de Alinhamento Viário das vias de interesse metropolitano que compõem a Macrozona de Mobilidade Urbana.

P-43 • Elaborar o Plano de Mobilidade Metropolitana;

P-44 • Promover um sistema inteligente, com excelência de mobilidade urbana, que tenha agilidade e pontualidade, conforto e climatização nos veículos coletivos;

P-45 • Ônibus ecológico (poluem 90% menos);

P-46 • Criar anel cicloviário metropolitano;

P-47 • Implantação de ciclovias ligando toda a Região Metropolitana.

E: Propostas contempladas no Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3) e no Programa de Qualificação e Ampliação do Sistema Viário Metropolitano Multimodal e Conexos (Programa 4).

P-48 • Integrar órgãos federais na discussão sobre mobilidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em função das rodovias que cortam Serra, Cariacica etc.;

P-49 • Restringir a locomoção de veículos de transporte de cargas no horário de 7 às 9 horas e das 18 às 20 horas e nas datas que antecedem feriados prolongados. Devido à grande demanda de veículos (de

passeio) nesses horários e datas, com o consequente aumento do fluxo de pessoas, essa medida evitará incidentes, como os que acontecem na BR-101;

P-50 • Criação de um Terminal do Transcol em Viana, possibilitando a circulação interna entre os bairros, fortalecendo o desenvolvimento econômico e a centralidade de Marcílio de Noronha;

P-51 • Construção de duas pontes: uma em Sotelândia e outra na Rua Guaraná no bairro Rio Marinho, em Vila Velha;

P-52 • Ampliar a quantidade de faixas na Terceira Ponte (principal referência é a Avenida 23 de maio em São Paulo) resolveria grande parte do problema de mobilidade urbana;

P-53 • Pensar soluções para os trechos da Av. Norte-Sul e BR-101, que ligam Vitória-Serra, passando por Jardim Camburi/Jardim Limoeiro e Centro de Carapina, por conta do grande congestionamento nos horários de pico, tanto num sentido como no outro, além dos atropelamentos e acidentes (BR-101);

P-54 • Delimitar o centro das comunidades com ordenamento e sinalização, com ênfase no trânsito, utilizando placas indicativas com nome de ruas, placas de informações educativas e informação do comércio local. No caso de Vila Velha, colocar placas informativas da localização da região rural, tanto na BR-101 quanto na Rodosol.

E: Essas propostas serão avaliadas na elaboração do Plano de Mobilidade Metropolitana, previsto no Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3).

P-55 • Criação de uma linha de ônibus Transcol do terminal de Itaparica ao terminal de Campo Grande.

E: Proposta atendida pela linha 588 do sistema Transcol, que sai do terminal de Itaparica e vai até o terminal de Campo Grande.

P-56 • A instituição de um consórcio público multifederativo, no papel de Autoridade Metropolitana de Transporte, com representação mais equilibrada dos entes. O consórcio fará, com mais eficácia, a integração de transportes, não somente dos sistemas de ônibus, mas também dos táxis, das bicicletas, dos barcos, ou de outros sistemas que vierem a existir;

P-57 • Criar empresa de transportes urbano com representação e poder de decisão dos municípios.

E: Essa proposta será avaliada na elaboração do Plano de Mobilidade Metropolitana, previsto no Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3). E também deverá ser considerada pelo Comdevit quanto à adequação do modelo de governança e de gestão das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) da RMGV.

P-58 • Melhoria e ampliação do atendimento do Transcol para toda a Região Metropolitana, indo de Timbuí, em Fundão, até Meaípe, em Guarapari.

E: A proposta de melhoria do atendimento do Transcol insere-se no Plano de Ação, no Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3). Quanto à ampliação para Timbuí e Meaípe, o PDUI não abordou insumos suficientes para avaliação da viabilidade dessa proposta, de modo que essa solicitação será avaliada na elaboração do Plano de Mobilidade Metropolitana, previsto como ação do mesmo Programa.

P-59 • Dar condições de vias para que o sistema Transcol "Transporte Coletivo" possa atender a população da região rural;

P-60 • Desenvolvimento de um projeto de mobilidade rural com estradas e ciclovias até as rodovias de

grande acesso.

E: Essa proposta poderá ser avaliada na elaboração do Plano de Mobilidade Metropolitana, previsto no Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3).

P-61 • Investimento em "estações de bike" nos terminais do Transcol para que usuários guardem as bicicletas e peguem os ônibus.

E: Os terminais são dotados de paraciclos e existe projeto de melhoria com a implantação de bicicletários. Esta proposta também será avaliada na elaboração do Plano de Mobilidade Metropolitana, que faz parte do Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3).

P-62 • Investimento em novos modais: cicloviário, hidroviário, monotrilhos, metrô de superfície, ferroviário e sua integração;

P-63 • Pensar a mobilidade de forma integrada: ciclovias, rodovias, ferrovias e hidrovias. Integrar os modais – hidroviário com Transcol, etc.;

P-64 • Hidrovias: Aproveitamento do potencial costeiro; revitalização dos canais e utilização dos mesmos para transporte na Metrópole – diminuição do tempo de deslocamento, qualidade e potencial turístico;

P-65 • Ferroviário também para o transporte de pessoas, integrando a Região Metropolitana aos municípios do interior do Estado (fortalecimento do turismo);

P-66 • Transporte via ferrovia da Vila Rubim ao Aeroporto de Vitória – Veículo Leve sobre Trilhos (VLT); Paul/Vila Velha a Viana e Paul a Flexal – trem urbano.

E: O estudo de viabilidade técnica para a implantação de novos modais está contemplado no Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3). A revitalização dos canais é uma proposta que se insere no Programa Metropolitano de Saneamento Ambiental (Programa 9), no Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11) e no Programa de Gestão das Águas (Programa 12).

P-67 • Criação de outros eixos de mobilidade urbana, colocação de bondes elétricos ligando pequenos trechos e incremento na criação de ciclovias.

E: O Macrozoneamento Metropolitano, na Macrozona de Mobilidade, indica eixos que receberão ampliação ou que serão implantados no curto, médio e longo prazos, os quais estão incluídos no Programa de Qualificação e Ampliação do Sistema Viário Metropolitano Multimodal e Conexos (Programa 4), com a previsão de elaboração dos Projetos de Alinhamento Viário. Do mesmo modo, o estudo de viabilidade técnica para a implantação de novos modais está contemplado no Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3).

P-68 • Retirada de linha férrea Ferrovia Centro Atlântica (FCA) de dentro de Campo Grande;

P-69 • Retirada da linha férrea de Cariacica.

E: A retirada da linha férrea citada é de competência da União. O PDUI considerou o traçado atualmente em análise na ANTT para nova ligação ferroviária RMGV - Rio de Janeiro, contornando a área urbana ocupada de Cariacica. O Programa de Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não Motorizados (Programa 3) prevê a elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para novos modais de transporte coletivo, inclusive o ferroviário.

P-70 • Considerar a localização da quarta ponte ligando Vitória ao Município de Cariacica.

E: A necessidade de mais uma ligação viária entre Cariacica e Vitória está reconhecida no Macrozoneamento Metropolitano, na Macrozona de Mobilidade Urbana.

P-71 • Interligação entre Rodovia do Sol e BR-101 (Plano Rodoviário Estadual), observando a garantia de acesso às comunidades ao longo dessas rodovias;

P-72 • Construção das interligações já previstas entre a rodovia do Sol e a BR-101 – vide plano rodoviário estadual.

E: Foram consideradas vias do Sistema Rodoviário Estadual interligando a Rodovia do Sol à BR-101 nos municípios de Vila Velha e de Guarapari, estando reconhecidas no Macrozoneamento Metropolitano, na Macrozona de Mobilidade Urbana.

P-73 • Duplicação das BRs e da Rodovia que liga Fundão à Praia Grande, com iluminação sustentável e ciclovias.

E: A Duplicação da BR-101 faz parte de concessão federal e a via que liga Fundão à Praia Grande foi incluída na Macrozona de Mobilidade Urbana, devendo ser detalhada no Projeto de Alinhamento Viário.

P-74 • Duplicação da BR-101 e construção dos acessos rodoviários, integrando distritos e sede (Viana).

E: A Duplicação da BR-101 faz parte de concessão federal. A interligação entre o Distrito de Araçatiba e a sede municipal está reconhecida no Macrozoneamento Metropolitano, na Macrozona de Mobilidade Urbana.

P-75 • Construção da ferrovia, integrando todos os portos.

E: Esta proposta será avaliada na execução da ação de integração dos planos de logística, de transportes e de comunicação, prevista no Programa Metropolitano de Aprimoramento e Integração da Infraestrutura Econômica (Programa 7).

Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico foi considerado um tema prioritário a ser tratado pelo PDUI por ser a base que possibilitará a concretização das ações estabelecidas para todas as áreas. As propostas para esta temática apontam para: a diversificação econômica com foco na economia criativa e na inovação; a modernização da infraestrutura portuária, rodoviária e ferroviária; o desenvolvimento socioeconômico da população metropolitana, com especial atenção aos mais vulneráveis; o fortalecimento de uma rede de centralidades que considere as vocações e as potencialidades locais; a necessidade de transição energética metropolitana em direção a uma economia de baixo carbono; a aproximação entre o poder público, as universidades e a iniciativa privada, com foco na dinamização econômica e na tecnologia; o incentivo à economia solidária; a segurança alimentar da RMGV, incentivando a agricultura orgânica e agroecológica; e a estruturação do desenvolvimento turístico da região.

P-76 • Estruturar o Desenvolvimento Econômico da Região Metropolitana da Grande Vitória.

E: Proposta contemplada no Programa Metropolitano de Diversificação Econômica, CT&I e Turismo (Programa 5); no Programa Metropolitano de Qualificação Profissional e Empreendedorismo (Programa 6); e no Programa Metropolitano de Criação de Fortalecimento da Rede de Centralidades (Programa 2).

P-77 • Criar programas de geração de renda para jovens.

E: Proposta contemplada no Programa Metropolitano de Qualificação Profissional e Empreendedorismo

(Programa 6).

P-78 • Apoio a projetos sociais para a realização de cursos profissionalizantes.

E: Esta proposta poderá ser contemplada no Programa Metropolitano de Qualificação Profissional e Empreendedorismo (Programa 6).

P-79 • Apoiar todo o desenvolvimento tecnológico;

P-80 • Investimento em Ciência, Pesquisa e Tecnologia.

P-81 • Considerar a política cultural como elemento de dinamização e de integração, por meio de espaços solidários, colaborativos e inclusivos;

P-82 • Construir uma proposta consolidada e com investimento sólido em economia criativa na Região Metropolitana da Grande Vitória.

P-83 • Diversificação da economia mediante investimento em turismo, em cultura e na economia criativa;

P-84 • Promoção de formas alternativas de geração de renda, aliando meio ambiente, turismo e cultura.

E: Propostas contempladas no Programa Metropolitano de Diversificação Econômica, CT&I e Turismo (Programa 5).

P-85 • Evitar a implementação de mais uma orla da Região Metropolitana por instalação portuária, "por mais importante que seja o Porto", porque isso conflita com outros usos, não só ambientais, como turísticos.

E: Proposta parcialmente atendida por meio do Programa Metropolitano de Diversificação Econômica, CT&I e Turismo (Programa 5), de maneira que será avaliada nas ações do Programa Metropolitano de Aprimoramento e Integração da Infraestrutura Econômica (Programa 7).

P-86 • Atrair empresas para a geração de emprego e de renda;

P-87 • Possibilitar atrativos para permanência, fortalecimento e renovação das empresas no âmbito metropolitano.

E: Os programas relacionados à Política Metropolitana de Cooperação Socioeconômica possuem esse objetivo.

P-88 • Estruturação do Desenvolvimento Turístico na RMGV;

P-89 • Elaborar um plano de turismo metropolitano, trabalhando o turismo de forma integrada;

P-90 • Incentivo ao turismo como atividade econômica e sustentável, por meio do desenvolvimento do turismo ecológico (ecoturismo) aliado ao turismo de base comunitária – turismo de baixo impacto com participação direta da população local;

P-91 • Incentivo ao turismo náutico nessas regiões (veleiros, pequenas embarcações, etc.).

E: Propostas contempladas no Programa Metropolitano Diversificação Econômica, CT&I e Turismo (Programa 5).

P-92 • Investimento no turismo, com implantação de um píer para navios cruzeiros, como um ponto turístico da Região Metropolitana;

P-93 • Construção de marinas públicas nas cidades litorâneas da RMGV: Guarapari, Vila Velha, Vitória, Serra e Fundão;

P-94 • Construção de passarelas sobre os espaços de manguezal para desenvolvimento da atividade local, proteção do meio ambiente, fomento da atividade turística e viés com a educação com vistas à atividade de pesquisa, igual modelo de Mucuri no estado da Bahia e no Uruguai;

P-95 • Incentivar o ecoturismo (passeio e exposição histórica) dos rios da Região Metropolitana (Rio Marinho);

P-96 • Usar o Rio Marinho como meio de mobilidade urbana, assim como explorar um trabalho de ecoturismo com passeios turísticos, com exposição da história do mesmo;

P-97 • Incentivo ao turismo profissional e de atrativos para sustentabilidade do comércio local de Guarapari durante o ano, não só no verão;

P-98 • Os municípios de Fundão, Serra, Cariacica, Vila Velha, Viana e Guarapari têm muitas diferenças, mas todos eles têm a cultura 'congueira' em comum. Todos têm bandas de congo e em menos de cinco anos elas não existirão mais.

E: Essas propostas serão avaliadas no Programa Metropolitano de Diversificação Econômica, CT&I e Turismo (Programa 5) e no Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11).

P-99 • Harmonizar legislações tributárias dos municípios, reduzindo a guerra fiscal;

P-100 • Criação de leis que acabem com os incentivos fiscais.

E: O Programa Metropolitano de Modernização do Sistema Tributário (Programa 8) tem como objetivo promover a harmonização da legislação tributária dos entes que compõem a RMGV relativa à FPICs e contribuir para melhorar a arrecadação dos tributos que integram o campo atual de competências municipais.

Meio ambiente e áreas de risco

O tema referente ao meio ambiente, assim como o da mobilidade urbana, foi tratado em todo o processo participativo como essencialmente metropolitano, de modo que nunca houve divergência quanto ao entendimento de que as ações praticadas por um município podem afetar municípios vizinhos e, ainda, os que se encontram além dos limites territoriais. As questões relacionadas ao abastecimento hídrico e ao saneamento básico foram abordadas em todas as etapas do processo de construção do Plano e apontam para a necessidade de atuação até mesmo fora dos limites metropolitanos, já que a natureza não conhece os limites administrativos. As principais propostas elaboradas apontam para a utilização do patrimônio ambiental como ativo econômico e social, aproximando a população metropolitana dos espaços naturais; para a utilização responsável dos recursos hídricos com atenção ao saneamento; e a promoção do incremento da qualidade do ar na RMGV.

P-101 • Aprimorar a política de proteção, conservação e recuperação dos ambientes naturais, com atenção especial aos recursos hídricos e à biodiversidade existente, preservando, assim, a cultura local, a paisagem tradicional e, com isso, garantindo a saúde ambiental e da população;

P-102 • Tornar as áreas fornecedoras de água para a Região Metropolitana em áreas de interesse metropolitano, viabilizando investimentos do Fundo para sua proteção e recomposição;

P-103 • Criação de parques e de áreas verdes no arco metropolitano para o desenvolvimento turístico e da agricultura familiar – desenvolvimento sustentável.

E: Propostas contempladas tanto no Macrozoneamento Metropolitano, por meio da Macrozona de Qualidade Ambiental e Urbana, quanto no Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11)

e no Programa de Gestão das Águas (Programa 12).

P-104 • Um corredor ecológico metropolitano que seja continental, litorâneo e marinho, convergindo numa rede de parques;

P-105 • Considerar a região de Jacaranema até Duas Lagoas como corredor ecológico.

E: A delimitação da Macrozona de Qualidade Ambiental e Urbana levou em consideração os corredores ecológicos existentes – instituídos por lei – e propôs a criação dos Corredores Verdes, que poderão vir a ser o embrião para a institucionalização de novos corredores ecológicos, com base nos parâmetros definidos por lei.

P-106 • Evitar especulação imobiliária em Alagados do Vale, criando uma unidade de conservação em Alagados do Vale Encantado (planície de inundação do Rio Jucu, Rio Marinho e Guaranhuns).

E: O PDUI não contempla a criação da unidade de conservação, porém, a área está contemplada na Macrozona de Qualidade Ambiental, para a qual estão colocadas diretrizes de ocupação condizentes com suas características naturais.

P-107 • Elaboração do Plano Metropolitano de Segurança Hídrica da RMGV;

P-108 • Integrar o Plano Metropolitano ao Plano Estadual de Recursos Hídricos.

E: As propostas foram contempladas no Programa de Gestão das Águas (Programa 12).

P-109 • Elaborar o Plano Metropolitano de Saneamento;

P-110 • Universalização do saneamento básico compreendido como direito fundamental. Coleta e tratamento do esgoto em toda a RMGV;

P-111 • Política pública integrada de saneamento básico;

P-112 • Atualização e implementação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na RMGV, em consonância com as premissas do PDUI e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

E: As propostas foram contempladas no Programa de Saneamento Ambiental (Programa 9).

P-113 • Capitanear, por meio de instituição gestora a ser estabelecida no PDUI, o consórcio entre os maiores municípios da Grande Vitória para realizar a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

E: A proposta será avaliada na elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RMGV, ação prevista no Programa Metropolitano de Saneamento Ambiental (Programa 9).

P-114 • Observar diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos, como forma de evitar investimentos que coloquem em risco a distribuição hídrica.

E: Proposta contemplada no Programa de Gestão das Águas (Programa 12).

P-115 • Implantação do 'Projeto Vigiar', custeado pelo empresariado e executado de forma independente, como forma de controle do pó de minério.

E: Proposta parcialmente atendida por meio do Programa Metropolitano de Saneamento Ambiental (Programa 9), que prevê o monitoramento e ações para melhoria da qualidade do ar na RMGV, mediante a criação do Plano Metropolitano de Qualidade do Ar.

P-116 • Acompanhar o problema da redução costeira em função da elevação do nível do mar nos municípios de Vitória e de Vila Velha.

E: Proposta contemplada no Programa Metropolitano de Gestão de Riscos Ambientais e Mudanças Climáticas (Programa 10).

P-117 • Elaboração do plano Metropolitano da Paisagem, de forma a promover a proteção das paisagens consideradas de grande relevância e essenciais à população; a gestão das paisagens consideradas, principalmente as cotidianas, que estão em constante evolução, mas que devem manter seus traços significativos; e o ordenamento de paisagens, possibilitando a construção de novas paisagens a partir de ações que envolvam a valorização de locais vazios e ou a reabilitação, restauração de locais que se encontram em estado de degradação.

E: Proposta contemplada no Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11).

P-118 • Valorização da paisagem natural. Plano Diretor de Arborização.

E: O Programa Metropolitano de Valorização da Paisagem (Programa 11) prevê a valorização da paisagem natural e o incentivo à arborização, bem como a arborização de logradouros que constituem corredores de ligação com áreas verdes adjacentes. A proposta de elaboração do Plano Diretor de Arborização será avaliada na construção do Plano Metropolitano de Valorização da Paisagem.

P-119 • Preservação, recuperação dos mananciais e revitalização dos principais rios que atendem à Região Metropolitana (rios Marinho, Fundão, Santo Agostinho, Formate, etc.).

P-120 • Despoluição e revitalização dos rios e canais que atravessam a Metrópole: Rios Fundão, Formate, Jucu;

P-121 • Aproveitamento do potencial hídrico da região.

E: Essas propostas foram contempladas no Programa de Gestão das Águas (Programa 12). Dentre as ações previstas no programa, está a criação do Plano Metropolitano de Segurança Hídrica. Salienta-se, também, que o Projeto Reflorestar, do Governo do Estado do Espírito Santo, tem como objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e da recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e de renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos.

P-122 • Incentivo ao consumo consciente – Educação Ambiental.

E: Proposta contemplada no Programa Metropolitano de Saneamento Ambiental (Programa 9) que prevê o desenvolvimento de ações de mobilização social e de educação ambiental para incentivar o consumo consciente dos recursos hídricos e, no caso dos resíduos, ações que priorizem a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos.

APÊNDICE B

PROPOSTAS PROJETUAIS

APÊNDICE B – PROPOSTAS PROJETUAIS

Além das propostas conceituais apresentadas, houve a inserção de propostas projetuais, representadas em mapas, que demonstram pontos de vista diversos acerca do aproveitamento da infraestrutura já instalada e que deverão ser analisadas pelo planejamento específico do tema. Essas propostas referem-se a: 1- Transporte fluviomarítimo metropolitano; 2- Trem urbano e regional de passageiros; 3- VLT; e 4- BRT. Todas encontram-se aqui transcritas.

1 Sistema de transportes multimodal

A proposta transcrita abaixo foi inserida na plataforma digital planometropolitano.es.gov.br.

1.1 Transporte fluviomarítimo metropolitano de passageiros

O Transporte Fluviomarítimo Metropolitano de Passageiros seria caracterizado por: 1) as travessias marítimas; 2) as travessias fluviais e lacustres; 3) a navegação de cabotagem; 4) a navegação interior; 5) a navegação turística metropolitana e regional.

Travessias Aquáticas: As travessias aquáticas são as pontes d'água da Metrópole. As águas navegadas são como infindáveis pontes. Utiliza-se a ideia de que a própria água, entendida pelo pensamento corrente como um obstáculo natural a ser transposto, possa, paradoxalmente, transformar-se em pontes através da navegação. Sendo assim, na proposta objetiva de projeto, as travessias marítimas e fluviais, ancoradas nas margens pelos portos, multiplicam os caminhos entre as origens e os destinos através da navegação. As travessias marítimas com a ilha de Vitória estariam moduladas, pelo menos, a cada 1.200 metros na linha costeira. Essa distância horizontal corresponderia à distância dos meios de deslocamento terrestre metroviário a ser implantado conforme a proposta a longo prazo na Metrópole. A médio prazo, essas travessias seriam coincidentes com as estações do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que fariam a integração intermodal com o aquaviário. A implantação dos novos modais aquáticos e ferroviários para o transporte de passageiros pressupõe a reorganização do sistema de transporte rodoviário, municipal e intermunicipal, que, via de regra, vão cumprir a função de alimentação do sistema de transportes de passageiros metropolitanos, evitando-se a sobreposição de linhas, principalmente ferroviárias e rodoviárias. A integração tarifária, com a implantação do bilhete único metropolitano, viabiliza e equilibra os deslocamentos com a desejável intermodalidade nos deslocamentos.

1.2 Trem urbano de passageiros

Ramal Museu Ferroviário à Vila Bethania via trem de passageiros, é sugerido como segue: Continuação do ramal até Viana para atender a população de Areinha / Primavera, Ifes, Bom Pastor e Viana. Entretanto, Viana seria o Terminal de ligação via ônibus / trem regional até Marechal Floriano e Domingos Martins. Sendo que, para o projeto do ano 2050, será necessário o trem até Marechal Floriano, pelo fato de que a população da região serrana já está solicitando esse trem, já que existe a linha férrea e pela segurança no transporte da população. Sendo que, o transporte pela Rodovia BR-262 é muito inseguro pela sua geometria e volume de cargas transportadas, numa visão de metrópole expandida na escala regional.

*Possibilidades de Implantação de Trechos - O ramal Museu Ferroviário a Flexal atenderá a população de Itaquari, Itacibá / Itanguá, Santana, Porto Santana e Flexal. Esse ramal poderá seguir até a Rodovia BR-101. Nesse terminal, se desenvolveria um projeto de integração, via ônibus local, da população dos bairros próximos.

*A implantação desses trens de passageiros nesses ramais será possível pelo fato de as ferrovias já existirem e estarem ociosas à operação desses trens; O custo de implantação será somente a adequação do sistema de passageiros, que são as estações, sistema operacional, manutenção das linhas férreas, compra dos vagões de passageiros e locomotivas. (Vide Desenho Anexo)

1.3 Trem regional de passageiros

Especificação Técnica de Trechos: 1 - Museu Ferroviário a Marechal Floriano; 2 - Museu Ferroviário a Contorno BR-101.

*Características Técnicas da Ferrovia Existente - Linha férrea em bitola métrica (1,00 m); - Velocidade dos trens 40 km; - Geometria de acordo com a velocidade; - Carga por eixo dos equipamentos 28 toneladas; - Equipamentos ferroviários conforme normas. (Vide Desenho Anexo)

1.4 VLT Possibilidades de Implantação

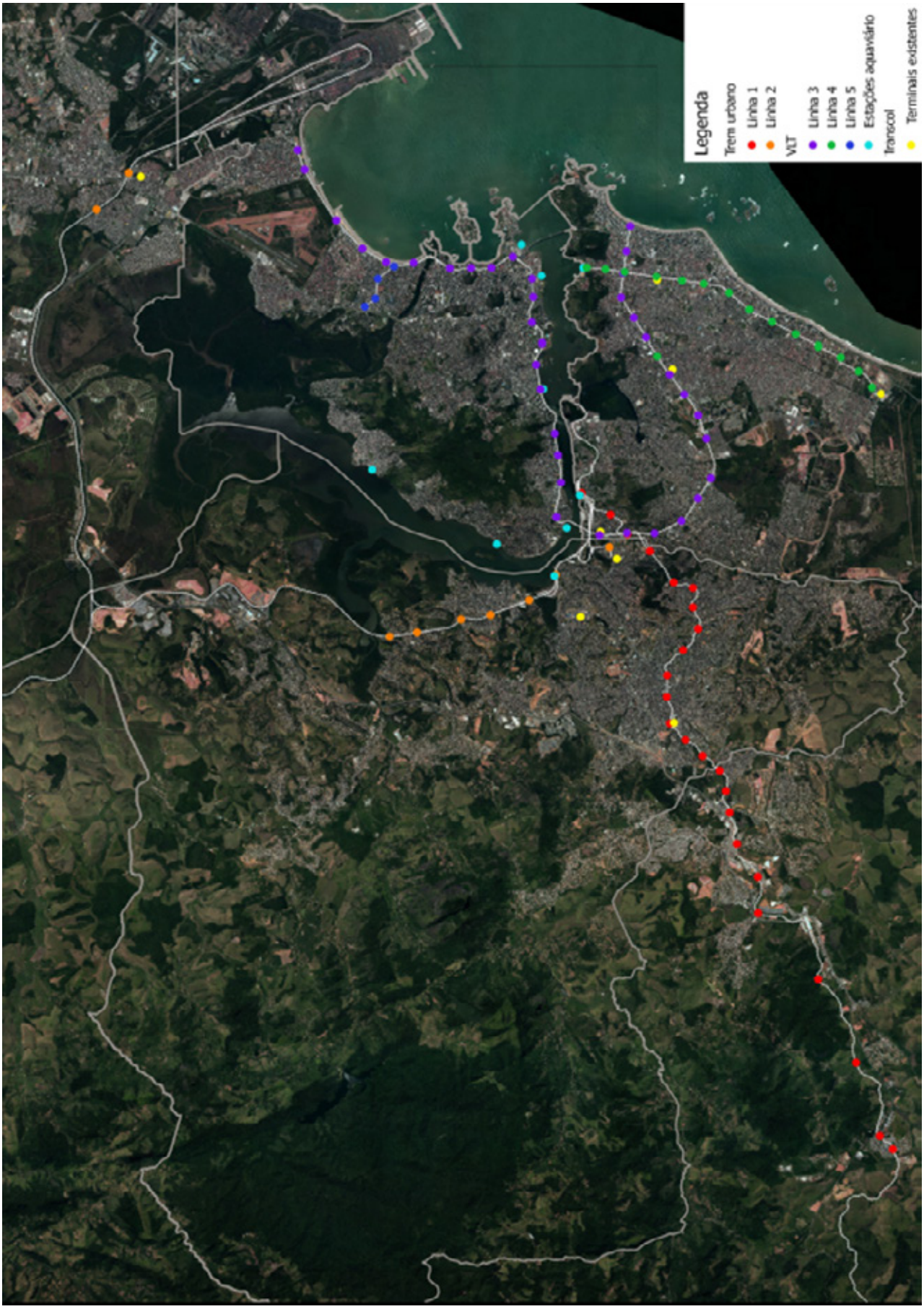
Trechos: 1 - Itaparica à Prainha, em Vila Velha; Atendendo Terminal de Itaparica / Rodoviária, Itapoã, Centro de Vila Velha e Prainha (integração com o Aquaviário). (Vide Desenho Anexo)

Trecho 2 - Itaparica a Jardim Camburi / Tubarão. Atendendo Terminal de Itaparica/Rodoviária, Araçás, Novo México, Rodovia Carlos Lindemberg, São Torquato, Ponte Florentino Avidos, Rodoviária, Centro de Vitória, Ilha de Santa Maria, Bento Ferreira, Praia do Suá, Praça do Papa, Praia do Canto, Ponte de Camburi, Jardim da Penha, Ufes, Goiabeiras, Aeroporto de Vitória e Jardim Camburi / Tubarão. (Vide Desenho Anexo)

1.5 BRT / Corredores de Ônibus

Trechos: 1 - Terminal de Vila Velha a Terminal de Laranjeiras, rota via Terceira Ponte; rota via Rodovia Carlos Lindemberg, Centro de Vitória.

*Características Técnicas - A geometria das rotas terá que ser implantada na parte central das rodovias, avenidas e ruas, pelo fato de as estações de passageiros atenderem aos dois sentidos dos ônibus do BRT e, além disso, para que a evolução na velocidade, tempo de uma estação para outra e conclusão da rota ao terminal se deem com rapidez e eficiência. Os ônibus, estações e os terminais terão que ser projetados para atenderem ao sistema de transporte integrado.



Fonte: Proposta enviada via plataforma digital

2 Sistema de circuitos metropolitano

A presente proposta foi apresentada durante o processo participativo de elaboração do Plano, por representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), e considera o aproveitamento das infraestruturas rodoviária e ferroviária existentes com novas formas de operação.

Para o sistema ferroviário, considera-se a utilização do trecho entre Serra e Cariacica (demonstrado em vermelho no mapa) para o transporte de passageiros, de maneira integrada com o sistema Transcol. Da mesma forma, propõe-se a reativação do transporte aquaviário entre Vitória, Vila Velha e Cariacica (demonstrado em azul no mapa). Para o transporte rodoviário, além da priorização do transporte coletivo sobre o individual, da modernização semafórica e do uso de tecnologias que otimizem a operação viária, a proposta do Conselho prevê a criação de três circuitos, que trabalhariam em binários, duplicando, assim, a capacidade das vias existentes. O circuito Camburi / Reta da Penha (demonstrado em amarelo no mapa) funcionaria em apenas um sentido, assim como o circuito Beira-Mar / Lindemberg (demonstrado em branco no mapa) e o circuito Campo Grande / Ilha do Príncipe (demonstrado em laranja no mapa).

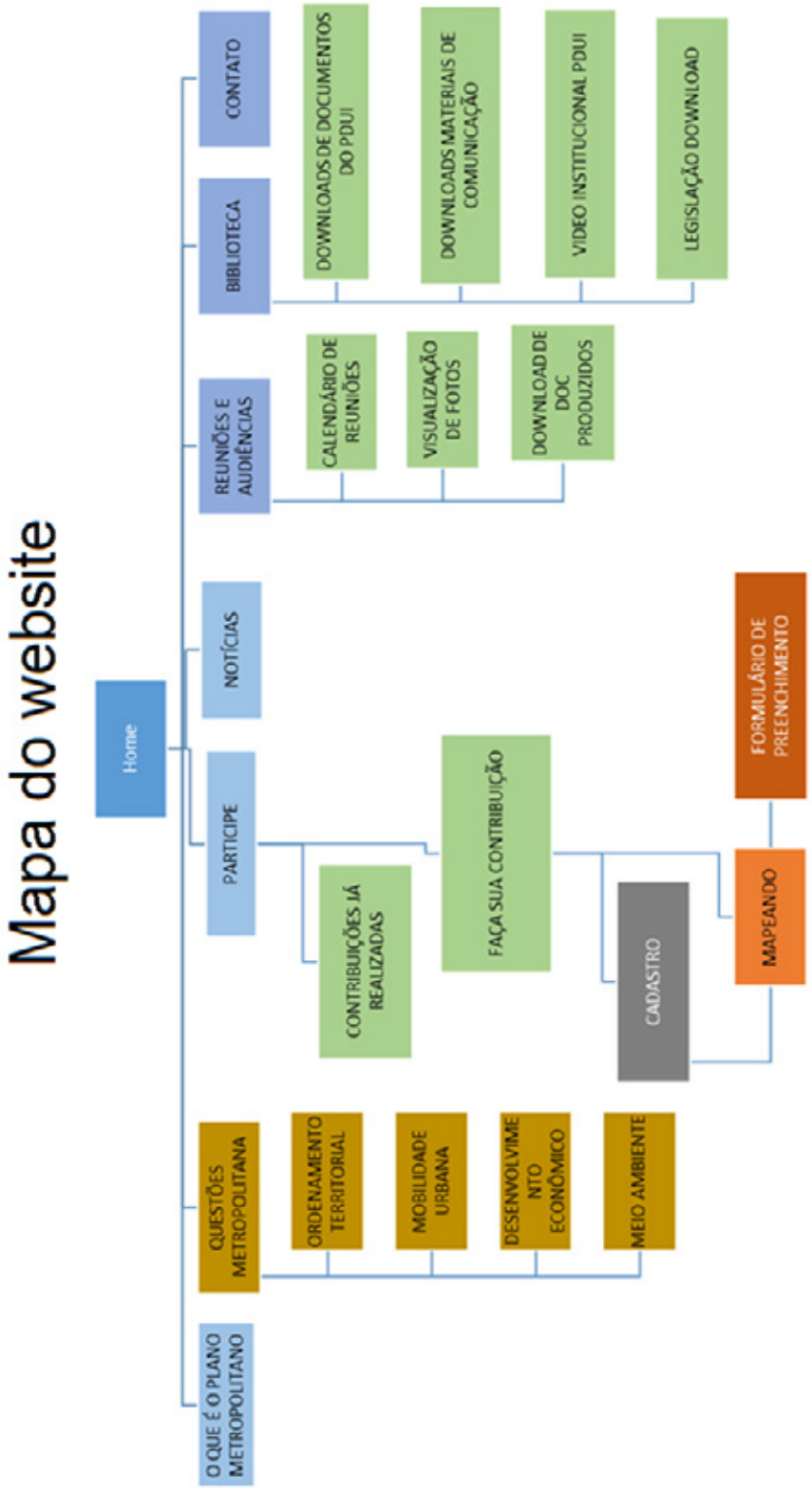
Sistema de Circuitos Metropolitanos

Fonte: CREA/ES

ANEXO

MAPA DO WEBSITE

ANEXO – MAPA DO WEBSITE



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

RMGV • 2017

FAPES

COMDEVIT
Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória

Instituto Jones dos Santos Neves
ijsn